

EU VIM PARA SERVIR

CARTA PASTORAL AOS DIOCESANOS DE VIANA DO CASTELO
PARA A VIVÊNCIA DO **ANO PASTORAL 2016/2017**,
O TERCEIRO ANO DO PROJECTO PASTORAL TRIENAL
SOBRE “**A FAMÍLIA — COMUNIDADE DE VIDA E DE AMOR**”



ANACLETO OLIVEIRA

BISPO DE VIANA DO CASTELO



Diocese
Viana do Castelo



Sandália do pé de D. Frei Bartolomeu dos Mártires

CARTA PASTORAL AOS DIOCESANOS DE VIANA DO CASTELO
PARA A VIVÊNCIA DO **ANO PASTORAL 2016/2017**,
O TERCEIRO DO PROJECTO PASTORAL TRIENAL
SOBRE “**A FAMÍLIA — COMUNIDADE DE VIDA E DE AMOR**”



Diocese
Viana
do Castelo

EU VIM PARA SERVIR



ANACLETO OLIVEIRA
BISPO DE VIANA DO CASTELO



Diocese
Viana do Castelo



Instituto Católico
de Viana do Castelo

EDIÇÃO

Título: Eu Vim Para Servir
Autor: Anacleto Oliveira
Editor: Diocese Viana do Castelo
Ano: 2016 / 1ª edição
Tiragem: 2 000 exemplares
Design: Afonso Designers, Lda
Impressão: Gráfica Visão
Depósito Legal: 415358/16
ISBN: 978-989-97503-3-3

CONTACTOS

Instituto Católico de Viana do Castelo
Escola Superior de Teologia e Ciências Humanas
Rua da Bandeira 117/131
4900-560 Viana do Castelo
Telefone / Fax: 258 823 263
e-mail: institutocatolico@sapo.pt
www.icatviana.org
Diocese de Viana do Castelo
Paço Episcopal
Av. Paulo VI, 735 — Darque
4935-058 VIANA DO CASTELO
www.diocesedeviana.pt

ÍNDICE

INTRODUÇÃO • P 7

SERVIR A EXEMPLO DO BEATO BARTOLOMEU DOS MÁRTIRES

PRIMEIRA PARTE • P 13

SERVIR COM E COMO JESUS CRISTO

<i>Que nos sentemos um à tua direita e outro à tua esquerda.....</i>	13
<i>Quem quiser tornar-se grande entre vós.....</i>	15
<i>Será vosso servo.....</i>	17
<i>Será escravo de todos.....</i>	20
<i>O Filho do Homem não veio para ser servido mas para servir... ..</i>	23
<i>Dar a sua vida pela redenção de todos.....</i>	24
<i>Se não tiver caridade, nada sou.....</i>	26

SEGUNDA PARTE • P 31

SERVIR NA VIDA SACERDOTAL

<i>Fazei isto em memória de mim</i>	31
<i>Como aquele que serve</i>	34
<i>Porque o Senhor me ungiu.....</i>	36
<i>“O sacerdócio é o amor do Coração de Jesus”</i>	40
<i>Presbíteros para ensinar</i>	41
<i>Sacerdotes para santificar.....</i>	43
<i>Padres para governar</i>	45

TERCEIRA PARTE • P 51

SERVIR NA VIDA MATRIMONIAL

<i>O vinho bom</i>	51
<i>Serão os dois uma só carne</i>	54
<i>Uma só carne “no abraço físico”</i>	56
<i>Uma só carne “na união dos corações e das vidas”</i>	58
<i>Uma só carne “no filho que nascerá dos dois”</i>	59
<i>Não separe o homem o que Deus uniu.....</i>	61
<i>“Com licença”</i>	65
<i>Pedir “desculpa”</i>	67
<i>Sentir-se “obrigado”</i>	69

CONCLUSÃO • P 73

A ALEGRIA DE SERVIR

SERVIR A EXEMPLO DO BEATO BARTOLOMEU DOS MÁRTIRES

01 Completar-se-ão, no próximo dia 04 de Novembro, 15 anos sobre a beatificação de D. Frei Bartolomeu dos Mártires. Depois dos 500 anos do seu nascimento (03.05.2014) e dos 425 anos da sua morte (16.07.2015), será a terceira data que iremos celebrar de uma figura a quem a nossa Diocese tanto deve. Se as duas primeiras assinalavam o início e o fim da sua existência terrena, pela beatificação reconhecemos, no sentido do termo “beato”, como essa existência foi bem-sucedida, feliz, porque vivida em total comunhão com Deus e os homens.

Falta a canonização, isto é, a declaração formal e oficial da sua santidade de vida, com a inscrição no cânone (lista) dos santos e o alargamento do seu culto a toda a Igreja. Mas tudo indica estar para breve. O Papa Francisco aceitou o pedido de dispensa de um novo milagre, e está a ser preparada a chamada *positio*: a exposição, a apresentar-lhe, dos múltiplos benefícios que Deus tem concedido, por intermédio do Bem-Aventurado Bartolomeu, e do culto que lhe tem sido prestado. Quem sabe se a decisão papal não vai ser tomada ainda durante o ano pastoral que iniciamos.

Por essa altura ou outra, será sempre uma graça do Senhor, especialmente para a nossa Diocese: a graça que há tanto tempo lhe

temos pedido e com especial intensidade vai para três anos; uma graça que, se bem acolhida, será certamente fonte de mais e maiores graças para a Diocese pela qual, segundo o seu lema episcopal, ardeu e se consumiu para a iluminar; uma graça que reforçará o entusiasmo com que, no prefácio da celebração eucarística da sua memória, cantamos em acção de graças ao Senhor: “a Igreja exulta de alegria, porque a fortaleceis com o seu exemplo, a instruíis com a sua palavra e a protegeis com a sua intercessão.”

02 Tem sido aliás nesse tríplice sentido — de nos fortalecer, instruir e proteger — que a ele temos recorrido, nomeadamente para a realização do projecto pastoral trianual iniciado há dois anos na nossa Diocese sobre o tema: “**A família — comunidade de vida e de amor**”. Um projecto em que, simultaneamente, nos temos associado a iniciativas promovidas pelo Santo Padre para toda a Igreja.

Assim, em 2014–2015, quando celebrávamos o jubileu dos 500 anos do nascimento do Beato Bartolomeu (03.05.2014–18.07.2015) e em Roma se realizou um Sínodo Extraordinário dos Bispos sobre a Família (05–19.10.2014), reflectimos sobre a fase da nossa inserção na família desde o início, no seio materno, até ao final do crescimento. Adoptámos como lema a afirmação bíblica *Os filhos são uma bênção do Senhor* (Sl 126/127, 3). E com o mesmo título publiquei uma carta pastoral, para ajudar a reflexão e com orientações sobre a formação cristã na infância e na adolescência e a celebração dos sacramentos da iniciação cristã, entre nós predominantemente recebidos nesta fase etária.

No ano 2015–2016, em que comemorámos os 425 anos da morte do Beato Bartolomeu, dedicámo-nos aos membros mais frágeis da família, por doença ou idade. Ocorreu então mais um Sínodo sobre a Família, mas Ordinário (04–25.10.2015), e iniciou-se o Ano Santo da Misericórdia (com a abertura da porta santa em Roma a 08.12.2015 e na nossa Diocese a 13.12.2015), um jubileu que só termina no presente ano pastoral (com o encerramento da porta santa na nossa Diocese a 13.11.2016 e em Roma uma semana depois). Ao lema escolhido pelo

Papa – *Misericordiosos como o Pai* — associámos, entre nós, o convite de Jesus que o precede — *Sede misericordiosos* (Lc 6, 36). Com o mesmo título apresentei, numa carta pastoral, uma espécie de guia sobre o percurso da misericórdia: identificativa de Deus, d’Ele a recebemos, de modo particular pelos sacramentos da cura (Penitência e Unção dos Enfermos), para a pormos em prática pelas obras de misericórdia e sermos felizes para sempre. Uma felicidade que começa já neste mundo.

Foi efectivamente dessa felicidade que já participámos, ao passarmos pela porta santa, para que o Deus da misericórdia nos liberte das penas causadas pelos pecados; ou ao sermos por Ele acolhidos, perdoados e reconfortados por meio dos sacramentos da misericórdia; ou ao reconciliarmo-nos com pessoas que ofendemos ou nos ofenderam; ou ao darmos-nos incondicionalmente a doentes, idosos e tantos outros carenciados. Não esqueço a satisfação visível nos sacerdotes que peregrinámos até Santiago de Compostela; ou nos cristãos que aceitaram integrar os grupos paroquiais da pastoral da saúde; ou ainda nos diocesanos, de diferentes idades, comunidades e movimentos, que nos congregámos no *campus misericordiae*. Daí o desejo de muitos deles de repeti-lo, adaptado ao tema de cada ano pastoral e alargado a mais participantes.

Por estas e tantas outras iniciativas — a nível individual e comunitário, paroquial, arciprestal e diocesano, de cariz celebrativo e formativo, cultural e até lúdico — resta-nos dar graças ao Senhor. E pedir-lhe que a misericórdia, que neste ano santo temos vivenciado de modo mais programático e intenso, continue a orientar-nos e a motivar-nos, designadamente durante o ano pastoral que agora iniciamos.

03 Com ele concluímos o referido projecto pastoral, debruçando-nos agora sobre aquilo que é o cerne da família: a íntima comunhão de amor e de vida entre marido e esposa e extensiva aos restantes familiares, uma união consagrada por Deus no Matrimónio. Por isso o Catecismo da Igreja Católica lhe chama “sacramento ao serviço da comunhão”, uma denominação comum ao da Ordem: um e outro “são ordenados para a salvação de outrem. Se contribuem também para

a salvação pessoal, é através do serviço aos outros que o fazem.”¹ No dizer do Papa Francisco, “constituem dois grandes caminhos através dos quais o cristão pode fazer da sua vida um dom de amor, a exemplo e em nome de Cristo, cooperando assim na edificação da Igreja.”²

Ocupar-nos-emos por isso de ambos quer na vivência deste ano pastoral quer nas reflexões e orientações que para isso proponho nesta carta. Teremos presente o contributo que, neste campo, nos pode dar o Beato Bartolomeu dos Mártires, ele que se tornou para nós modelo de santidade pela completa entrega ao serviço da Igreja, sobretudo diocesana, para o qual o Senhor o consagrou. E servir-nos-emos ainda, mormente em relação ao matrimónio e à família, da exortação apostólica *Amoris Laetitia* (A Alegria do Amor), entretanto publicada pelo Papa Francisco na sequência dos referidos Sínodos dos Bispos. Mas, como iremos constatar, muitas das suas reflexões de base são igualmente aplicáveis tanto aos ministros ordenados como a outros cristãos que se entregam ao serviço da Igreja e da sociedade com os carismas que o Senhor lhes concede.

E começaremos exactamente por isso: por vermos, na primeira parte, o que significa “servir”, em Cristo e em nós cristãos; como é que, pelo serviço, nasce e se consolida a comunhão, identificativa da Igreja e essencial para a sociedade; e em que medida, servindo, somos fecundos e felizes, até como simples seres humanos. Na segunda e na terceira parte aplicaremos estas considerações mais genéricas àqueles que o Senhor chama e sacramentalmente consagra para estarem ao seu serviço em comunidades cristãs, pela ordenação sacerdotal, e na família, pela união matrimonial.



1. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 1534.

2. Em: *Catequese sobre os Sacramentos*, Edição do Secretariado Nacional de Liturgia, 2014, p. 24.

..❧ PRIMEIRA PARTE ❧..

SERVIR COM E COMO JESUS CRISTO

QUE NOS SENTEMOS UM À TUA DIREITA
E OUTRO À TUA ESQUERDA

04 O lema do ano pastoral e título desta carta — *Eu vim para servir* — remonta, quase à letra, a Jesus, que o aplicou a si próprio. Mas a pensar em nós, seus discípulos. Como Ele, cada um de nós deve poder dizer de si mesmo: (também) eu vim para servir. Com esta diferença: para servir realmente como Cristo, preciso d’Ele em mim. Vejamos como, envolvendo-nos na cena descrita em **Mc 10, 35-45**, em que o lema se inspira.

Decorre a caminho de Jerusalém, imediatamente depois de Jesus, pela terceira vez (de três), comunicar aos Doze, e a nós, o que aí o espera: *O Filho do Homem será entregue aos príncipes dos sacerdotes e aos escribas. Vão condená-lo à morte e entregá-lo aos gentios; hão-de escarnecê-lo, cuspir-lhe, açoitá-lo e dar-lhe a morte. Mas três dias depois ressuscitará* (v. 33-34; cf. 8, 31; 9, 31). É o resumo mais completo do relato da sua paixão, morte e ressurreição, exposto depois a partir de Mc 14. E como reagem os Doze a este anúncio?

Dois deles, os filhos de Zebedeu Tiago e João, apoiados talvez nos privilégios de terem sido dos primeiros a deixar tudo para seguir Jesus e de pertencerem, com Pedro, ao trio mais íntimo dos seus discípulos,

aproximam-se d'Ele com este pedido: *Mestre, concede-nos, na tua glória, que nos sentemos um à tua direita e outro à tua esquerda* (v. 37). São os lugares mais honrosos, de maior poder, ainda hoje. *Não sabeis o que pedis* — diz-lhes Jesus (v.38). Não que eles não estivessem dispostos a segui-lo, mesmo naquilo que isso implicava de mais cruel: sofrerem o martírio, bebendo o mesmo cálice do sofrimento e afogando-se no mesmo baptismo ou banho da morte. E de facto assim veio a acontecer, segundo dá a entender S. Marcos, ao citar a correspondente previsão de Jesus. Mas se eles o fizessem para assim treparem até ao cimo do poder, bem se enganavam. Isso, avisa-nos Jesus, *é para aqueles a quem está reservado* (v. 40) — naturalmente por Deus, que não usa nem concede o poder pelo poder e para proveito de quem o recebe. E era provavelmente nisso que os dois irmãos, ainda que o soubessem, não pensavam.

Nem eles nem os restantes dez. Por isso *começaram a indignar-se contra Tiago e João* (v. 41). E Jesus teve de os chamar a todos para lhes dizer: ***Sabeis como os que se julgam chefes das nações exercem domínio sobre elas e os grandes exercem o poder sobre elas. Não é assim entre vós: quem quiser tornar-se grande entre vós será vosso servo, e quem quiser entre vós ser o primeiro será escravo de todos; porque o Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida pela redenção de todos*** (v. 42-45).

São palavras tão importantes quão difíceis de aceitar. Um sinal disso é que, em parte, já foram ditas antes por Jesus e também então logo a seguir ao anúncio, o segundo, da sua paixão, morte e ressurreição e em resposta aos discípulos que discutiam *sobre qual deles era o maior* (9, 31-35). Mas já ao primeiro anúncio (8, 31-33) Pedro reage mal, e já então devido à tremenda dificuldade em imaginar um Messias cujo poder e autoridade passassem pela fraqueza e a perda da vida. Uma dificuldade que se mantinha quando S. Marcos escreveu o seu Evangelho e que perdura até à Igreja dos nossos dias. Mas as repetições mostram também a pertinência da questão. Analisemos em pormenor como e porquê.

QUEM QUISER TORNAR-SE GRANDE ENTRE VÓS...

05 Querer *tornar-se grande* ou mesmo *ser o primeiro* não é, como se vê, de modo algum rejeitado por Jesus. Nem podia ser. O poder e a autoridade com que o poder é exercido são parte integrante da nossa condição de seres por natureza sociais e por isso uma necessidade, a vários níveis.

Antes de mais ao nível pessoal mais elementar. Repare-se numa criança já na mais tenra idade: chora, ri, fala, mexe-se... quantas vezes só para atrair aqueles de quem depende e se lhes impor, com a sua vontade, necessidades e até caprichos, na sua luta inata pela vida! Ou observe-se um idoso: que bem lhe faz ver-se reconhecido pelo que foi e produziu e pela sabedoria assim acumulada! Ou quanto sofre, se ninguém lhe liga!... E as pessoas que recorrem, cada vez mais, às redes sociais: não o fazem, tantas vezes, para se tornarem notadas, mostrarem capacidades e exercerem influências? E não estará na busca de poder o motor da competitividade em praticamente todos os sectores da vida social?

Mas o poder, sobretudo se exercido como autoridade, é uma necessidade também para a sociedade, tanto na sua organização mundial, nacional, local e familiar, como nas diversas áreas em que a sua vida se processa: política, religiosa, financeira, económica, militar, judicial, educativa, científica, laboral... Se em todas elas não houver alguém que, só ou em grupo, presida e oriente, impondo-se pelas suas qualidades e capacidades pessoais ou só pelo cargo que ocupa, não há unidade e coesão, não há vida possível. Por isso, pretender assumir essa autoridade deve ser visto como um bem que se quer prestar aos outros. Ou deveria ser.

A autoridade é tão natural e vital que, em povos antigos, chegou a ser considerada de origem divina e, no grau mais elevado, até de condição igualmente divina. No Egipto com frequência aparecia um deus ou uma deusa entre os ascendentes dos faraós. E aos imperadores romanos era obrigatório prestar culto como a divindades. Na época monárquica do povo bíblico do Antigo Testamento era pelo menos um

delegado de Deus, profeta ou sacerdote, quem ungia o rei. Daí que o próprio Deus diga ao ungido no dia da sua entronização: *Tu és meu filho, Eu hoje te gerei* (Sl 2, 7).³ Era assim constituído supremo representante de Deus, do seu poder e autoridade, na condução do seu povo.

06 Mas foi também nessa fase da história do povo de Deus que surgiram os profetas: homens por Ele chamados para, em seu nome e entre outras tarefas, denunciarem toda a espécie de abusos de poder por parte dos seus detentores, sacerdotes, juizes e, principalmente, reis, quando estes, directa ou indirectamente, se substituíam ao único Deus vivo e verdadeiro ou o trocavam por outras divindades. É o que Deus já diz ao profeta Samuel, quando os anciãos do povo lhe pedem um rei, o primeiro: *Não é a ti que eles rejeitam, mas a mim, para que eu não reine sobre eles* (1 Sam 8, 7).

Na prática é o mesmo que leva Jesus a dizer aos discípulos em luta pelo poder: *Sabeis como os que se julgam chefes das nações exercem domínio sobre elas e os grandes exercem o poder sobre elas*. Note-se como Jesus não fala dos que “são”, mas dos que *se julgam chefes das nações*. Não é que eles o não sejam. Só que, pelo menos na prática, ignoram que o verdadeiro chefe é Deus, origem última do seu poder. Jesus diz-lo abertamente a Pilatos, a propósito do poder que ele se arroga de o soltar ou crucificar: *Nenhum poder terias sobre mim, se te não fosse dado do alto* (Jo 19, 11).

E se é Deus a origem, tem de ser também Ele a referência no exercício do poder. No caso de Pilatos, a discrepância é total: troca a verdade da inocência de Jesus pela sua posição de representante do imperador romano, um posto que, segundo a ameaça de judeus presentes, perderia, se absolvesse Jesus. Portanto um (ab)uso do poder em proveito próprio. O que, como dão a entender as palavras de Jesus aos discípulos, era então o mais habitual.

3. Neste caso e tendo em conta o rigoroso monoteísmo da tradição bíblica, *gerei* é de entender em sentido metafórico e *filho* em sentido adoptivo.

E eles, de facto, sabem disso: sabem da intimidação, violência e exploração dos invasores e dominadores romanos dentro e fora da Palestina, de que de resto são vítimas. E sabem como até responsáveis religiosos locais, escribas e fariseus, *tudo o que fazem é para serem vistos pelos homens: alargam as filactérias e ampliam as borlas; gostam do primeiro lugar nos banquetes e dos primeiros assentos nas sinagogas, das saudações nas praças públicas e que os tratem por “mestres”* (Mt 23, 5-7). Os discípulos sabem... e no entanto estão a cair na mesma tentação.

07 A resposta de Jesus não pode ser mais radical: *Não é assim entre vós*. Sem mais. Não fala em “dever ser” e nem sequer em “será”, no futuro. Não: a questão é de existência e identidade, de ser ou não ser. Se os discípulos, na busca e no exercício do poder, se deixarem guiar pelos mencionados critérios mundanos, traem o Mestre, anulam a comunhão que os deve unir, destroem a comunidade cristã de que fazem parte e, mais cedo ou mais tarde, dão cabo das suas próprias vidas. Qual é então a alternativa?

SERÁ VOSSO SERVO...

08 Numa transliteração do original grego, a palavra traduzida por “servo” seria *diácono*. Só que hoje, na nossa língua, está praticamente confinada ao detentor do primeiro grau da hierarquia eclesial, antes do presbiterado e do episcopado. Mas também a tradução “servo” ou “servidor” exprime apenas um aspecto do significado original de termo grego e nem sequer é o mais básico.

Na base de “diácono” ou “diaconia” está, como noutras palavras de origem grega começadas pelo prefixo *di(á)-* (=“através de”), a ideia de ligação e mediação. Na origem e genericamente, o diácono é o mediador de um bem entre duas ou mais pessoas: entre quem o possui e quer comunicar e quem o recebe para dele usufruir; um bem que assim se torna “comum” (em grego *koinós*) aos três intervenientes na sua transmissão.

O conteúdo variava, conforme as circunstâncias. No caso de uma notícia ou mensagem, era ao mensageiro que se chamava diácono; sendo o recheio e os afazeres de uma casa ou empresa, o título era dado ao administrador; ou ao servente de mesa, tratando-se de alimentação. Na mesma passagem de Act 6, 1-5, aparecem diaconia e o verbo correspondente aplicados tanto à actividade caritativa na comunidade cristã primitiva como ao anúncio da palavra de Deus. E S. Paulo fala, de modo semelhante, da colecta em favor dos cristãos de Jerusalém como uma diaconia;⁴ mas é sobretudo à pregação do Evangelho que ele aplica o termo e seus derivados.⁵ De qualquer modo e genericamente, o que se comunica é algo de interesse para as partes envolvidas — desde quem dá e envia até quem recebe e aceita — e como tal algo de importante ou até essencial para as suas vidas.

09 E para a vida em geral. *Que tens tu que não tenhas recebido? E, se o recebeste, porque te glorias, como se o não tivesses recebido?* As perguntas são dirigidas por S. Paulo (1 Cor 4, 5) a cristãos de Corinto que se tinham por superiores a outros, os desprezavam ou até excluía, provocando assim cisões na comunidade. Mas, mesmo fora deste contexto polémico, a cada um de nós se pode perguntar o mesmo. Que sou ou tenho eu que o não deva, directa ou indirectamente, a outros? Até naquilo que produzo e obtenho por meios, capacidades ou esforço pessoais: visto bem, nem nisso eu parti do nada, mas simplesmente aproveitei e desenvolvi o que, de um ou outro modo, já era parte da minha vida.

E se a vida que tenho é assim, no essencial, um dom recebido, a mesma vida só tem sentido, se a vivo de modo idêntico: a transmiti-la, criando mais vida(s). E não apenas pela paternidade ou a maternidade. Trabalhamos para quê? Não será o bem que, imediata ou mediatamente, fazemos aos outros, aquilo que, no fundo, mais satisfação nos dá no trabalho? Que feliz se sente um artista, ao ver a

4. Cf. Rom 15, 25.31; 2 Cor 8, 4.19.20; 9, 1.12.13; cf. Act 11, 29.

5. Cf. Rom 11, 13; 1 Cor 3, 5; 2 Cor 3, 3.6.7.8.9; 4, 1; 5, 18; 6, 4; 11, 8.23; Ef 3, 7; 4, 12.17; 6, 21; Col 1, 7.3.25; 4, 17; 1 Tes 3, 2; 1 Tim 1, 12; 4, 6; 2 Tim 4, 1.5. Fora dos escritos paulinos: Act 1, 17.25; 20, 24; 1 Ped 1, 12.

sua obra reconhecida, admirada! Para não falarmos das inúmeras actividades, sobretudo de carácter humanitário, a que cada vez mais pessoas se dedicam, voluntária e gratuitamente mas, no seu íntimo, como uma necessidade. Mesmo que isso lhes custe tempo, meios, energias, a vida. Ou talvez por isso.

De facto é nisso que está o segredo da vida, como nos mostra Jesus a partir do mundo vegetal: *Se o grão de trigo, lançado à terra, não morrer, fica só; mas se morrer, dará muito fruto. Quem ama a sua vida, perdê-la-á, e quem despreza a sua vida neste mundo, conservá-la-á para a vida eterna* (Jo 12, 24-25). “Amar” e “desprezar” têm aqui o mesmo sentido das seguintes palavras citadas pelo Papa Francisco: “Na doação, a vida fortalece-se; e enfraquece-se no comodismo e no isolamento. De facto, os que mais desfrutam da vida são os que deixam a segurança na margem e se apaixonam pela missão de comunicar a vida aos demais”. E ainda: “A vida alcança-se e amadurece à medida que é entregue para dar vida a outros.”⁶

10 E é nisso que está também o segredo do poder e da autoridade, inerentes à transmissão da vida. Não está tanto no lugar hierárquico que alguém ocupa ou nas normas que dita e impõe, como sobretudo na partilha de vida que as precedem e acompanham e nas correspondentes relações de confiança e cooperação mútuas que deste modo se criam. Por exemplo, na educação: se os pais são ouvidos pelos filhos ou os mestres pelos alunos, devem-no sem dúvida aos seus conhecimentos e competências, mas não menos à intensidade com que se entregam aos educandos, não se poupando a nada pelo bem que lhes querem e a vida que lhes dão — ou, por outras palavras, submetendo-se totalmente a eles. E por isso é que, em resposta, os educandos também se lhes submetem... não por coação, mas com gosto, de coração.

6. Citações da V Conferência-Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe, *Documento da Aparecida* (29 de junho de 2007), 360, em: *Evangelii Gaudium*, n. 10.

É a este género de subordinação, inerente à diaconia ou transmissão da vida, que Jesus se refere.⁷ E com insistência: depois de *será vosso servo*, acrescenta, para quem entre os discípulos *quiser ser o primeiro*:

SERÁ ESCRAVO DE TODOS

11 Há escravos e escravos. Há aqueles que o são por imposição ou até necessidade. Neste caso sobressai a ideia da total privação da liberdade, um dos bens e direitos fundamentais de toda a pessoa. Uma escravatura que, graças a Deus, há muito foi abolida entre nós, pelo menos na lei.

Mas há também quem por vontade própria e até com gosto se faça escravo. Então não é tanto a perda da liberdade que está em jogo, mas o elemento mais básico e comum aos dois casos: o da propriedade. Escravo é aquele que pertence totalmente a outra pessoa, ao ponto de, sem deixar de ser quem é, se tornar “próprio” dela, parte integrante do seu ser e existir. Como um pai ou uma mãe, impensáveis sem os filhos, e vice-versa.

Ora se isto é tão normal e até essencial nas simples relações humanas, quanto mais o não será na nossa relação com Deus, aquele Deus a quem confessamos: *Em vós está a fonte da vida e é na vossa luz que vemos a luz* (Sl 35/36, 10)! Luz, aqui, como primeiro bem da criação e elemento integrante da vida (cf. Gn 1, 3) — aquela vida que Deus nos dá, para, por seu encargo e à sua imagem, a transmitirmos a outros (cf. 1, 27–28). Por isso e para isso é que a Ele nos subordinamos e Ele se apropria de nós, para nos constituir seus diáconos ou mediadores.

12 Na prática, é essa a história da vocação de cada um de nós, humana e cristã. Pelas incidências que ela tem na nossa vida, vale a pena revê-la e revivê-la. Façamo-lo à luz de outras histórias vocacionais de que o próprio Deus nos fala na Bíblia Sagrada.

7. Por esta razão é que *diácono*, referido nomeadamente a apóstolos, se traduz habitualmente por *ministro*, um termo de origem latina de que faz parte *minus* (menos) ou o comparativo *minor* (menor).

Aí, já é significativo que “servo” ou “escravo” tenham perdido a sua carga negativa e se tenham tornado títulos até honoríficos, quando atribuídos às personagens mais importantes do povo de Deus: no AT, chama-se “servo” de Deus ou do Senhor (IaHVeH) a Abraão, Isaac e Jacob, a Moisés, David, Job e a profetas, entre os quais um que o próprio Deus apresenta como “meu servo” (Is 42, 1); no NT, o título “escravo” de Deus ou de Cristo concorre sobretudo com os de “apóstolo” ou “diácono”, mas também Maria, a Mãe de Jesus, se autodenomina “escrava do Senhor” (Lc 1, 38).

Na origem está sempre uma intervenção, directa ou indirecta, de Deus (ou de Cristo), que age única e exclusivamente por iniciativa própria e levado pela mais pura gratuidade. IaHVeH elege o seu Servo por ser, como ele diz, *o enlevo da minha alma* (Is 42, 1). E S. Paulo, antes da conversão, até perseguia a Igreja de Deus. Daí confessar: *Pela graça de Deus sou o que sou* (1 Cor 15, 9–10). Mas foi assim que Deus o conquistou, a ele e a todos os eleitos, levando-os a vergarem-se, a sujeitarem-se a Ele.

E a sujeitarem-se na totalidade do seu ser e existir. É já nesse sentido que Deus começa habitualmente por chamá-los pelo nome próprio, identificativo do ser, muitas vezes repetido: *Moisés, Moisés* (Ex 3, 4). E a Jeremias diz: *Antes de te formar no ventre materno, eu te escolhi; antes que saíesses do seio de tua mãe, eu te consagrei e te constituí profeta das nações* (Jer 1, 5; cf. Is 49, 1; Gal 1, 15). Isto é, se algo se não integrasse na sua condição de profeta, era como se não existisse. Por sua vez, Ezequiel é convidado por Deus a *comer o manuscrito* que lhe entrega com as profecias que irá proferir, depois de as encarnar na sua vida (Ez 3, 2–3).

De modo semelhante interpreta S. Paulo a sua vocação como *uma nova criação* e indica aquilo a que a deve: ao evangelho a que ele chama *palavra da reconciliação* — a reconciliação universal de Deus com a humanidade, pela morte salvífica de Cristo; e a mesma reconciliação, mas pessoal, com Paulo, no caminho de Damasco. Foi então que Deus depositou nele a *palavra da reconciliação* e, simultaneamente, *lhe confiou a diaconia da reconciliação* (2 Cor 5, 17–19). Isto é, tornou-o

mediador do mesmo acontecimento salvífico com que o transformou. E ele passou, como Apóstolo, a anunciar aquilo, ou melhor, Aquele de quem vivia e era tudo para ele, como o próprio diz: *Para mim, viver é Cristo* (Fil 1, 21).

E é assim que ele e todos os “servos” ou “escravos” de Deus e de Cristo são constituídos seus re-presentantes, isto é, pessoas nas quais Cristo e Deus se fazem presentes e actuam com o seu poder e a sua graça. S. Paulo apresenta-se mesmo como *embaixador de Cristo*, com os plenos poderes já então próprios de um embaixador, e diz ser Deus quem fala por seu intermédio, quando pede aos cristãos de Corinto, e a nós hoje, *em nome de Cristo: Deixai-vos reconciliar com Deus* (2 Cor 5, 20). Fá-lo para que cada um de nós, com a mesma radicalidade, se confie e submeta ao Deus que, por nosso amor, a nada se poupa — tornando-se seu “escravo” ou “servo”.

13 De facto, na Sagrada Escritura, este título é aplicado também ao povo de Deus, no seu todo, e a cada um de nós, seus membros. E, na prática, pelas mesmas razões, com os mesmos fins e do mesmo modo que acabamos de ver:

Primeiramente, há uma ligação com a *fé*, a que S. Paulo chama *obediência* (Rom 1, 5; 16, 26), isto é, sujeição ao que se ouve e Àquele que se faz ouvir, se revela: ao “Deus invisível” que, “na riqueza do seu amor, fala aos homens como a amigos e convive com eles, para os convidar e admitir à comunhão com Ele.”⁸

Sendo d’Ele a iniciativa da revelação e dada a sua gratuidade, “a fé é um dom de Deus”.⁹ Confiamo-nos a quem antes a nós se confia, como Pai — aquele Pai que *amou tanto o mundo que entregou o seu Filho Unigénito, para que todo o homem que acredita n’Ele não pereça, mas tenha a vida eterna* (Jo 3, 16).

Com a nossa adesão de fé, dá-nos o seu Espírito, *que faz de nós filhos adoptivos* (Rom 8, 14), passando a habitar em nós e a actuar por

8. II Concílio Ecuménico do Vaticano, Constituição Dogmática *Dei Verbum*, n. 2.

9. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 153.

meio de nós. *Quem vos recebe, a mim recebe; e quem me recebe, recebe aquele que me enviou* — diz-nos Jesus, como aos discípulos que enviou para realizarem o mesmo que Ele fez: anunciar o Reino de Deus, pela palavra e pela vida (Mt 10, 40).

Objectivo desta missão é a conquista de outros para o mesmo bem que é a vida em Deus. Segundo o Papa Francisco, “o bem tende sempre a comunicar-se.”¹⁰ E Jesus, na sequência da alegoria da videira e dos ramos, diz-nos: *a glória de meu Pai é que deis muito fruto (...) e o vosso fruto permaneça* (Jo 15, 8.16). Como a planta precisa de reproduzir-se e, na maioria dos casos, pelas sementes contidas nos frutos, assim cada um de nós deve poder exclaimar como S. Paulo: *Ai de mim, se eu não evangelizar* (1 Cor 9, 16).

Finalmente o modo como devemos realizar a missão e os seus destinatários: como *escravos de todos*. Jesus, de quem somos diáconos ou mediadores, diz-nos porquê:

O FILHO DO HOMEM NÃO VEIO PARA SER SERVIDO MAS PARA SERVIR...

14 *Filho do Homem* significa, na origem, o simples ser humano, enquanto frágil e limitado. É assim que o profeta Ezequiel mais se auto-denomina, ou melhor, que Deus o trata. E fá-lo desde a sua vocação (Ez 1,4-3,15), depois de se lhe ter revelado no esplendor da sua glória e o profeta, como reacção, ter caído por terra, tal o peso da glória divina. *Filho de homem, põe-te de pé que vou falar-te* — disse-lhe então o Senhor. E infundiu-lhe, para se erguer, o seu *Espírito* (Ez 2, 1-2).

O mesmo título adquire um significado novo, quase oposto, numa visão do livro de Daniel (7, 1-14). A seguir a quatro terríveis animais, vindos do abismo, o lugar das forças do mal, e representativos dos impérios opressores do povo de Israel, surge Deus no seu trono ce-

10. Em: *Evangelii Gaudium*, n. 7.

leste para julgar. E depois de o último império ser por Ele eliminado, aproxima-se do lado oposto ao abismo, isto é, *sobre as nuvens do céu*, não um animal, mas *um ser semelhante a um filho de homem (...) ao qual foram dadas as soberanias, a glória e o poder* (v. 13-14). Trata-se do povo de Deus, sobre o qual e pelo qual Deus haveria de exercer a sua soberania para sempre. Para nós cristãos, a promessa viria a realizar-se com Jesus Cristo.

O próprio Jesus se autodenomina preferencialmente como *Filho do Homem*,¹¹ conjugando neste título messiânico os dois significados referidos: o humano, predominante, por exemplo, nos três anúncios da sua paixão e morte; e o divino, expresso depois de preso e diante do sinédrio, ao confessar-se como juiz celeste, *sentado à direita do Poder* e a *vir sobre as nuvens do céu* (Mc 14, 62).¹² Para o sinédrio, uma blasfémia e como tal suficiente para ser condenado à morte por crucificação, a degradação ao mais baixo da condição humana.

E é precisamente neste duplo sentido que Ele afirma: *O Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir*. Isto é, como *diácono* ou mediador entre Deus e nós, para Ele conta apenas o bem que o mesmo Deus, por seu intermédio, quer conceder a toda a humanidade. Um bem que Ele, mais concretamente, transmite deste modo:

DAR A SUA VIDA PELA REDENÇÃO DE TODOS

15 *Redenção* tem a ver com resgate: o preço que, na antiguidade, se pagava para a libertação de escravos, prisioneiros, endividados, vidas perdidas. Mas a escravidão mais alienante e destrutiva é a do pecado, como ruptura com Deus, sumo bem e fonte insubstituível da vida. “Aos olhos da fé, (...) nada tem piores consequências para os próprios

11. Aparece 84 vezes no NT, quase só nos quatro evangelhos e na boca de Jesus (à excepção de Act 7, 56, onde é dito por S. Estêvão, mas até aí é aplicado a Jesus).

12. Com alusões ao Sl 109/110, 1 e Dn 7, 13.

pecadores, para a Igreja e para o mundo.”¹³ Leia-se Gn 3, para se ter uma ideia de quanto mal se pode causar, quanta vida se pode destruir, querendo ser como Deus, substituindo-nos a Ele. E quando isso se torna o normal, o dominante — naquele “estado nocivo da humanidade em que nasce o indivíduo, ainda mesmo antes de, por livre vontade, ele pecar”?¹⁴

Foi deste pecado, da humanidade inteira, que Deus nos redimiu por meio de Cristo. E com que preço! Diz-nos S. Pedro: *Não a preço de bens corruptíveis, prata ou ouro, mas pelo sangue precioso de Cristo, qual cordeiro sem defeito nem mancha, predestinado já antes da criação do mundo e manifestado nos últimos tempos por causa de vós* (1 Ped 1, 18-20). Isto é, Cristo destruiu o pecado e a morte, fruto do pecado, com a sua própria morte — a morte em que o pecado foi ainda mais cruel por se tratar do Filho de Deus, mas que Ele assumiu como ocasião única para dar a vida, até à última gota de sangue.

E isto numa total entrega a Deus, que o enviou, e à humanidade, à qual foi envidado. De facto — escreve S. Paulo no célebre hino de Fil 2, 6-11 — Jesus Cristo, *que era de condição divina, não se valeu da sua igualdade com Deus, mas esvaziou-se a si mesmo, tomando a condição de escravo, (...) e rebaixou-se a si mesmo, fazendo-se obediente até à morte e morte de cruz*. Feito propriedade dos homens e entregue a Deus, *por isso mesmo Deus o exaltou acima de tudo e lhe deu o nome que está acima de todo o nome*: o de *Senhor*, expressivo de poder e autoridade divina.

Dobramo-nos a este nome para, ainda segundo S. Paulo, termos *os mesmos sentimentos que estão em Cristo Jesus* e nos levam a darmos-nos igualmente a Deus e aos outros, a todos os outros, como seus *diáconos* ou mediadores — pela caridade que nos anima.

13. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 1488.

14. *Youcat. Catecismo Jovem da Igreja Católica*, n. 68, a propósito do “pecado original”.

SE NÃO TIVER CARIDADE, NADA SOU

16 Entre as páginas mais apreciadas da exortação apostólica *Amoris Laetitia* (A Alegria do Amor) do Papa Francisco, está o comentário à parte central do hino da caridade (1 Cor 13, 4-7). Com ele se inicia o capítulo IV — “O Amor no Matrimónio” — que o próprio Papa, juntamente com o V — “O Amor que se torna Fecundo” –, considera centrais, os mais importantes. E são-no por tratarem do tema que S. Paulo introduz, na primeira parte do hino (13, 1-3), de modo ainda mais radical: *Se não tiver caridade, nada sou* — uma afirmação que, no seu conteúdo, é repetida mais duas vezes, tal o seu peso.

Mas não foi a propósito do amor matrimonial e familiar que o hino foi escrito. E nem o Papa se restringe a isso no seu comentário. E bem. Porque a caridade tem de ser a alma de tudo o que se faz na Igreja e na vida dos cristãos, como em Cristo e em Deus. O próprio S. Paulo o diz, ao introduzir a caridade como *um caminho que ultrapassa todos os outros* (12, 31). E que caminhos são esses outros?

Pelo contexto, são aqueles a que chama primeiramente *dons do Espírito* (12, 1) e depois *carismas, ministérios (diaconias) e operações* (12, 4-6), que não são mais do que diferentes aspectos dos mesmos dons. Estes caracterizam-se pela sua diversidade e complementaridade, origem comum em Deus e consequente unidade. É, diz S. Paulo, como no nosso corpo que necessita de todos os seus diversos membros para funcionar. E conclui a imagem assim: *Vós sois corpo de Cristo e seus membros, cada um por sua parte* (12, 27), o que já é mais do que uma imagem, e ele mostra porquê.

Somos realmente corpo de Cristo, antes de mais, porque na origem do nosso ser cristão está a confissão de fé: *Jesus Cristo é Senhor* — uma confissão só possível *por acção do Espírito Santo* (12, 3); uma confissão em que Ele nos leva a confiarmo-nos tanto a Cristo e Ele se apodera de tal modo de nós, que cada cristão pode passar a exclamar como Paulo: *Já não sou eu que vivo, mas é Cristo que vive em mim. E a vida que agora tenho na carne, vivo-a na fé do Filho de Deus que me amou e a si*

mesmo se entregou por mim (Gl 2, 20). É este amor extremo do Filho de Deus, que, em relação aos dons espirituais, nos leva a usá-los como carismas, serviços e operações.

Primeiramente como *carismas*, uma palavra que provém de “graça” (em grego *kharis*), a graça do amor de Deus manifestado em Cristo. Carisma é essa graça a agir nas minhas qualidades humanas naturais e noutras que ela vai despertando em mim e me capacita para usá-las à maneira de Deus: de modo gratuito e com uma energia tantas vezes sobre-humana. Aliás, quanto mais gratuita for a doação, mais intensa e ilimitada ela é. Exactamente como na caridade: também dela faz parte a *kharis* (graça), até etimologicamente,¹⁵ e por isso a caridade *tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta* (1 Cor 13, 7).

Os carismas manifestam-se nos *serviços* ou *diaconias*. O que move o diácono ou servidor não são, como vimos, interesses próprios, mas os das pessoas entre as quais ele é mediador e às quais, para isso, todo se entrega. Como com a caridade, enquanto tradução do grego *agápê*. Ao contrário de *eros*, em que predomina o gosto e prazer da pessoa que ama, em *agápê* a prioridade vai para a pessoa amada.¹⁶ Por isso, e mais concretamente, a caridade *não é invejosa, não é altiva nem orgulhosa; não é inconveniente, não procura o próprio interesse, não guarda ressentimento; não se alegra com a injustiça, mas alegra-se com a verdade* (13, 4c-6).

É a caridade, finalmente, que faz dos dons espirituais *operações*. Porque a caridade ou se pratica ou não existe. Pode até acontecer nem sequer se sentir gosto por aqueles a quem se faz bem. Por exemplo os inimigos: quem traiu ou matou Jesus de certeza que com isso não lhe deu qualquer gosto. Mas foi precisamente então que Ele amou até ao extremo de dar a vida também por eles. Daí que S. Paulo no hino, em vez de definir a caridade, a apresente a agir. Todos os 14 verbos que

15. Esta a razão por que opto pela tradução “caridade” e não “amor”.

16. Para melhor se compreender a diferença, vejam-se a Encíclica do Papa Bento XVI, *Deus Caritas est*, n. 3-6, e a minha Carta Pastoral *Cristo em Vós: a Esperança da Glória*, n. 40.

a têm como sujeito, são, no original grego, verbos de acção (e não de estado, como alguns na tradução), a começar pelos primeiros: *a caridade é paciente, benigna é a caridade* (13, 4a-b).

17 Entre os frutos mais preciosos e saborosos que ela produz está, em relação à Igreja, a comunhão dos seus membros. Segundo o latim *communio* de que deriva, a comunhão consiste na união obtida pela participação no *munus* de alguém e nos bens por ele produzidos. Na medida em que deles estamos *unidos*, há *communio* entre nós. O mesmo exprime o correspondente termo grego *koinonia*: o que une as pessoas é a sua participação em algo ou alguém que lhes passa a ser *comum* (*koinós*, presente provavelmente e na origem também em “diácono”).

De que pessoa e bem se trata, entre nós cristãos, é dito por S. Paulo a propósito da Eucaristia (1 Cor 10, 16-17): *O cálice de bênção que abençoamos, não é a comunhão com o Sangue de Cristo? O pão que partimos, não é a comunhão com o Corpo de Cristo?* E conclui: *Uma vez que há um único pão, nós, embora muitos, somos um só corpo, porque todos participamos de um só pão.* Trata-se do cálice com o Sangue do Senhor, derramado por nós e por todos em remissão dos pecados, e do seu Corpo entregue por nós — o Corpo e o Sangue de que nos alimentamos, para fazerem de nós um só corpo, o corpo de Cristo que é a Igreja.

Daí a conclusão: “A Eucaristia faz a Igreja.”¹⁷ E uma das colunas que a sustenta desde o início é a *comunhão*, juntamente com o *ensino dos apóstolos, a fração do pão e as orações* (Act 2, 42). Sustenta-a e torna-a atraente, missionária. Porque *todos os crentes viviam unidos e tinham tudo em comum*, também por isso é que *o Senhor aumentava todos os dias o número dos que tinham entrado no caminho da salvação* (2, 44.47). Infelizmente também acontece o oposto: cristãos que deixam a Igreja, por nela não experimentarem a comunhão que a identifica e que eles esperam — o que deve, no mínimo, preocupar-nos muito seriamente...

17. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 1396.

18 ...E levar-nos a pedir ao Senhor perdão e auxílio, servindo-nos — porque não?! — das suas próprias palavras no hino à caridade. Proponho para isso uma leitura meditada do referido comentário do Santo Padre em *Amoris Laetitia*, seguida da recitação das palavras do hino por ele explicadas, mas mudando, alternadamente, de sujeito: no lugar de “caridade” coloquem-se umas vezes “Senhor” (válido tanto para Deus Pai como para Jesus seu Filho) e outras o nome próprio de cada um de nós. Se o fizermos repetidamente, haveremos de nos convencer que realmente *a caridade não acaba nunca* (13, 8) e é, também por isso, a maior fonte de vida e de alegria. Não será por acaso que o único verbo repetido no hino é *alegrar-se*:

A caridade é paciente, benigna é a caridade:

Não é invejosa, não é altiva nem orgulhosa;

Não é inconveniente, não procura o próprio interesse;

Não se irrita, não guarda ressentimento;

Não se alegra com a justiça, mas alegra-se com a verdade;

Tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta.

..❧.. SEGUNDA PARTE ..❧..

SERVIR NA VIDA SACERDOTAL

FAZEI ISTO EM MEMÓRIA DE MIM

19 O sacerdócio ministerial conduz-nos inevitavelmente à Quinta-Feira Santa e à última Ceia do Senhor com os Doze. Foi então que Ele o instituiu juntamente com a Eucaristia.

Dos cinco relatos bíblicos do acontecimento, o que mais associa sacerdócio e Eucaristia é o de Lc 22, 19-20. A começar pelas palavras de Jesus *Fazei isto em memória de mim*, ditas logo a seguir às que pronuncia sobre o pão — *Isto é o meu Corpo entregue por vós* — e antes do que faz e diz com o vinho — *Este cálice é a nova aliança no meu Sangue, derramado por vós*.¹⁸

Deste modo “Jesus fez da última Ceia com os Apóstolos o memorial da sua oblação voluntária ao Pai, para a salvação dos homens (...). E “a Eucaristia que neste momento instituiu, será o «memorial» do seu sacrifício.”¹⁹ Mas memorial, não como simples recordação de Jesus e dos seus gestos e palavras, mas no sentido do correspondente

18. Nos restantes relatos da última Ceia, *Fazei isto em memória de mim* só reaparece no texto de 1 Cor 11, 23-25, e aí a seguir às palavras tanto sobre o pão como sobre o vinho.

19. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 610 e 611.

termo hebraico aplicado sobretudo à celebração da Páscoa judaica: através de ritos e palavras, o memorial torna presente o acontecimento passado, de tal modo que se pode participar nele, usufruir da sua eficácia salvífica. No caso da Eucaristia e depois da ressurreição de Jesus, “todas as vezes que no altar se celebra o sacrifício da cruz, no qual «Cristo nossa Páscoa foi imolado», realiza-se a obra da nossa redenção.”²⁰ Não é portanto a última Ceia que se actualiza mas o que ela antecipadamente simbolizou: o amor extremo de Cristo na cruz, com a oferta de toda a sua vida — corpo e sangue — pela qual vence o pecado e a morte e estabelece uma nova e definitiva aliança ou comunhão entre Deus e a humanidade.

Simultaneamente e com as mesmas palavras — *Fazei isto em memória de mim* — “Jesus incluiu os Apóstolos na sua própria oferenda e pediu-lhes que a perpetuassem. Deste modo, instituiu os Apóstolos como sacerdotes da Nova Aliança: *Eu consagro-me por eles, para que também eles sejam consagrados na verdade* (Jo 17, 19)”²¹ — reza Ele ao Pai, ao terminar a ceia, naquela oração que por isso se chama sacerdotal. E dos Apóstolos o mesmo sacerdócio passa a todos os que, pelo sacramento da Ordem, são constituídos seus sucessores, os bispos, com os presbíteros seus colaboradores. Uns e outros, “agindo na pessoa de Cristo e proclamando o seu mistério, unem as preces dos fiéis ao sacrifício da cabeça e, no sacrifício da Missa, tornam presente e aplicam, até à vinda do Senhor, o único sacrifício do Novo Testamento, o de Cristo, o qual de uma vez por todas se ofereceu ao Pai, como hóstia imaculada.”²²

20 Mas, com tão profunda ligação entre Eucaristia e sacerdócio ministerial, de tal modo que sem ele não há Eucaristia, pergunta-se: em que medida o exercício do sacerdócio ministerial tem incidências na validade ou, pelo menos, na eficácia não só deste sacramento, mas de

20. II Concílio Ecuménico do Vaticano, Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, n. 3, com uma citação de 1 Cor 5, 7.

21. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 611.

22. II Concílio Ecuménico do Vaticano, Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, n. 28.

todos os outros que, a seu modo e para situações diferentes da vida dos crentes, participam do mesmo acontecimento salvífico. É que a “presença de Cristo no seu ministro não deve ser entendida como se este estivesse premunido contra todas as fraquezas humanas, contra o afã do domínio, isto é, contra o pecado.”²³ E os fiéis facilmente se apercebem disso. Mas mesmo que o não saibam: há ou não sacramento em tais condições?

A questão é antiga. E uma das respostas mais esclarecedoras remonta a S. Agostinho: “Quanto ao ministro orgulhoso, deve ser contado juntamente com o diabo. E nem por isso se contamina o dom de Cristo: o que através de tal ministro se comunica, conserva a sua pureza; o que passa por ele mantém-se límpido e chega até à terra fértil. [...] De facto, a virtude espiritual do sacramento é semelhante à luz. Os que devem ser iluminados recebem-na na sua pureza, e ela, embora achesse seres manchados, não se suja.”²⁴ Por outras palavras: “Os sacramentos actuam *ex opere operato* (à letra: «pelo próprio facto de a acção ser executada»), quer dizer, em virtude da obra salvífica de Cristo, realizada uma vez por todas. Segue-se daí que «o sacramento não é realizado pela justiça do homem que o dá ou que o recebe, mas pelo poder de Deus». Desde que um sacramento seja celebrado conforme a intenção da Igreja, o poder de Cristo e do Espírito Santo age nele e por ele. No entanto, os frutos dos sacramentos dependem também das disposições de quem os recebe.”²⁵

E estas disposições, por sua vez, dependem muito das do ministro do sacramento, isto é, de ele agir ou não:

23. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 1550.

24. Citação do *Catecismo da Igreja Católica*, n. 1584.

25. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 1128, com uma citação de S. Tomás de Aquino.

COMO AQUELE QUE SERVE

21 Estas palavras fazem parte da cena de Lc 22, 24–27, que teve lugar na última Ceia de Jesus e começa com os discípulos a quererem saber *qual deles se devia considerar o maior?* É a mesma discussão de Mc 10, 35–45 (e 9, 33–37) já vista. Lá, seguia-se ao terceiro anúncio da paixão, morte e ressurreição de Jesus, o que já mostrava quão ridícula e escandalosa era a disputa pelo poder. Agora é ainda mais grave, porque surge depois de Jesus por eles ter oferecido a vida, na totalidade do seu Corpo e Sangue, ritualmente na última Ceia, realmente na cruz e sacramentalmente no memorial eucarístico.

Provavelmente o texto de S. Lucas reflecte o que se passava em comunidades cristãs pós-pascais, num contexto celebrativo semelhante ao de 1 Cor 11, 23–26 que descreve a última Ceia numa linguagem igualmente litúrgica. S. Paulo cita-a a propósito de divisões entre os cristãos de Corinto durante a Eucaristia, para mostrar como elas, na prática, eram uma rejeição do amor de Cristo que estava a ser celebrado.

No Evangelho segundo S. Lucas o escândalo é ainda maior por nele se envolverem responsáveis de comunidades cristãs, os mesmos que, na Eucaristia, dizem em nome de Jesus: *Isto é o meu corpo entregue por vós...* Que sentido poderão ter estas palavras na boca e na vida de quem faz o contrário do que elas significam, ao promover-se à custa dos outros, como fazem *os reis das nações e os que têm sobre elas autoridade* (v. 25)? Não, Cristo não se senta à mesa, como essa gente, para ser servido. *Eu* — diz-nos Ele — *estou no meio de vós como aquele que serve* (v. 27), isto é, como diácono ou mediador entre Deus e a humanidade pela qual todo se dá, na cruz e na Eucaristia... mas também naqueles que, constituídos seus mediadores, a ela presidem e, em comunhão com Ele, se devem esforçar por oferecer o seu próprio corpo, a sua vida pelas pessoas que servem. Deus o queira!

22 O lava-pés, em Jo 13, 1–15, é considerado uma representação plástica das palavras de Jesus. Aí Ele é mesmo aquele que serve: *levantou-se da mesa, tirou o manto e tomou uma toalha, que pôs à cintura.*

Depois, deitou água numa bacia e começou a lavar os pés aos discípulos e a enxugá-los com a toalha que pusera à cintura (v. 4–5). Que o gesto era chocante, apercebemo-nos o mais tardar pela recusa de Pedro: *Senhor, tu vais lavar-me os pés* (v. 6)? O problema está na radical oposição entre “Senhor” e “lavar os pés”, um gesto de hospitalidade, mas que entre os judeus era obrigatório apenas para escravos pagãos. Podia ser feito também por uma esposa ao marido, ou por um filho ou filha ao pai, mas nestes casos de livre vontade.

Em resposta Jesus remete-nos para o que iria acontecer *mais tarde*, isto é, para a sua crucifixão, uma pena de morte que degradava aqueles a quem era aplicada (que não podiam ser cidadãos romanos) a um nível social idêntico ao de escravos. Mas foi então que a lavagem dos pés adquiriu pleno sentido: o da purificação do pecado, que impede de caminharmos ao encontro uns dos outros, para partilharmos o que Jesus nos oferece ao ser elevado na cruz — o amor extremo, referido na introdução: *Ele, que amara os seus que estavam no mundo, amou-os até ao fim* (v. 1), isto é, até ao extremo de por todos se dar até à última gota de sangue e água (cf. 19, 30.34).

Só que, caridade recebida, não sendo praticada, é ineficaz. Daí que Jesus, depois de se pôr de novo à mesa, nos diga: *Se eu que sou Mestre e Senhor, vos lavei os pés, também vós deveis lavar os pés uns aos outros. Dei-vos o exemplo, para que, assim como eu fiz, vós façais também* (13, 14–15).

É nestas palavras que se apoia o rito do lava-pés, na celebração litúrgica da Ceia do Senhor, à noitinha de Quinta-Feira Santa — com o único objectivo de levar-nos à prática da caridade que, segundo Jesus, nos identifica como cristãos: *Como eu vos amei, amai-vos também uns aos outros. Nisto conhecerão que sois meus discípulos: se vos amardes uns aos outros* (13, 34–35). Se isto se aplica a qualquer cristão, muito mais ao sacerdote, constituído especial representante de Cristo para presidir à Eucaristia, com ou sem lava-pés, e para ser modelo na prática da caridade.

PORQUE O SENHOR ME UNGIU

23 As palavras em epígrafe são, na origem, de Is 61, 1(-3a.6a.8b-9) e foram aplicadas por Jesus a si próprio na sua apresentação messiânica na sinagoga de Nazaré (v. 18 de Lc 4, 16-21). Mas podem aplicar-se também aos que o representam no sacerdócio ministerial. Até porque fazem parte de duas das leituras bíblicas da Missa Crismal, celebrada na manhã de Quinta-Feira Santa sob a presidência do bispo diocesano e com a participação dos sacerdotes do seu presbitério e outros.

É um dos quatro casos em que a concelebração “está prescrita pelo próprio rito”.²⁶ Porque, se já em qualquer celebração eucarística do bispo com os presbíteros se manifesta a comunhão que os une no mesmo e único sacerdócio e ministério de Cristo,²⁷ nesta concelebração muito mais: nela se benzem os óleos dos Catecúmenos e da Unção dos Enfermos e se consagra o óleo do Crisma que todos, bispo e presbíteros, usarão no exercício do seu comum ministério sacerdotal. E com o óleo crismal a comunhão é ainda maior: para a sua consagração, os presbíteros juntam-se ao bispo, estendendo a mão direita sobre o óleo — o mesmo óleo com que o Senhor, pelo sacramento da Ordem, a todos eles consagrou, para serem seus mediadores na santificação do povo de Deus.

Daí o apelo da parte da Igreja a que “sejam também os fiéis encarecidamente convidados a participar nesta Missa e a receber dentro dela o sacramento da Eucaristia.”²⁸ E de entre os fiéis destaco os acólitos, por estarem entre os que mais de perto colaboram com os sacerdotes nas celebrações litúrgicas. Esforcemo-nos para que haja mais a participar na Missa Crismal da nossa Diocese. Até por mais uma outra razão:

26. *Introdução Geral ao Missal Romano*, Edição do Secretariado Nacional de Liturgia, n. 199. As outras três concelebrações são as das ordenações dos presbíteros e dos bispos e a da bênção dos abades.

27. Cf. II Concílio Ecuménico do Vaticano, Decreto *Presbyterorum Ordinis*, n. 7.

28. Documento da Congregação do Culto Divino de 16.01.1988, em: *Enquiridão dos Documentos da Reforma Litúrgica*, Edição do Secretariado Nacional de Liturgia 2014, n. 3884.

24 É também nela que os sacerdotes renovam as promessas feitas na ordenação: a promessa de viverem mais intimamente unidos a Cristo e se configurarem com Ele, renunciando a si próprios; e a de lhe serem fiéis, nomeadamente na celebração eucarística e na pregação, seguindo-o como “Cabeça e Pastor, sem ambicionar bens temporais, mas movidos unicamente pelo zelo das almas.”

Ao sim dos sacerdotes segue-se um duplo pedido dirigido aos fiéis presentes para que rezem: primeiramente pelos presbíteros, para que cumpram o que prometem e possam assim conduzir todos os cristãos para Cristo; a seguir que rezem também pelo bispo, para que, fiel ao ministério apostólico que lhe foi confiado, “seja imagem, cada vez mais viva e perfeita de Cristo, Bom Pastor, Mestre e Servo de todos.”²⁹

E não há dúvida de que na oração, quanto mais intensa e alargada ela for, maior será a sua eficácia. A começar por aqueles que a fazem. Como vimos, é da comum união com Deus, neste caso através da oração, que nasce e se alimenta a comunhão entre nós. E onde há verdadeira comunhão, que o mesmo é dizer, “onde há caridade e amor, aí habita Deus”, como se canta entre nós, designadamente na Eucaristia da Ceia do Senhor.

25 É igualmente de oração que o sacramento da Ordem, como aliás todos os outros, é constituído, do princípio ao fim: a oração litânica em que pedimos a intercessão de todos os santos para que Deus abençoe, santifique e consagre o eleito, logo a seguir às suas promessas de totalmente se entregar a Ele e à Igreja; a oração consecratória que se segue à imposição das mãos e lhe dá sentido, os dois elementos essenciais de qualquer Ordenação; a oração imprecatória que se junta às preces feitas a seguir à consagração eucarística; as orações de bênção sobre o neo-ordenado no final da celebração; as três orações de colecta, sobre as ofertas e depois da comunhão no princípio, meio e

29. As duas citações deste número 24 são do *Missal Romano*, Edição da Conferência Episcopal Portuguesa de 1992, p. 234-235.

fim da celebração. São, todas elas, orações em que toda a assembleia é envolvida, em muitas de forma explícita com fórmulas apropriadas.

Na base de tão intensa oração está a consciência primeiramente de que é puro dom de Deus o que se recebe e não mérito ou direito do candidato, ainda que a sua idoneidade seja sujeita a um exame prévio, longo e sério. A isso junta-se a consciência da grandeza e da enorme responsabilidade da missão que lhe é concedida e que ele, só com a permanente ajuda de Deus, poderá cumprir. Aliás ele próprio o confessa na última das promessas iniciais (ou penúltima, tratando-se de presbíteros ou diáconos) em que responde: “Sim, com a ajuda de Deus”. E se ele se prostra por terra durante as preces litânicas, é porque sabe da sua fragilidade e incapacidade natural e do peso do poder que lhe é conferido. E é ainda por isso que ele se ajoelha para lhe ser conferido esse poder, pela imposição das mãos da parte só dos bispos presentes ou também dos presbíteros ou só do bispo ordenante, conforme se tratar, respectivamente, de uma ordenação episcopal, presbiteral ou diaconal.

O mesmo gesto da imposição das mãos exprime também o acolhimento e integração do novo membro na respectiva ordem diaconal, presbiteral ou episcopal, uma família de cuja comunhão ele precisa, quase tanto como precisa da comunhão com Deus. Esta aliás, se é autêntica, tem de conduzir à comunhão fraterna.

O novo membro necessita de ambas, para que, na realização do seu múnus, manifeste coerência entre o que passa a ser, a dizer e a fazer. “Recebe o Evangelho de Cristo, que tens a missão de proclamar. Crê no que lês, ensina o que crês e vive o que ensinas” — diz o bispo ao diácono, na entrega do livro dos Evangelhos. E ao presbítero, quando lhe entrega o pão e o vinho da Eucaristia, diz: “Recebe a oferenda do povo santo para a apresentares a Deus. Toma consciência do que virás a fazer; imita o que virás a realizar, e conforma a tua vida com o mistério da cruz do Senhor.”³⁰

É desta coerência, como vimos, que muito pode depender o bom resultado da sua missão. Para isso precisa também do apoio do povo de Deus que passa a servir de um modo novo e mais intenso, um apoio manifestado, se possível, já durante a celebração. O que, graças a Deus, acontece na nossa Diocese: habitualmente são muitos os sacerdotes, religiosos e religiosas, outros consagrados e fiéis leigos que participam nas ordenações, muitos deles até sem uma especial relação de família ou amizade com o ordinando. Fazem-no pelo sentido de Igreja que têm, de Igreja diocesana.

Foi aliás para que esta participação se mantenha e até cresça que se fixaram, para as ordenações de presbíteros e diáconos, as seguintes datas anuais: o quarto Domingo de Julho, por ser próximo da memória litúrgica do Bem-Aventurado Bartolomeu dos Mártires, e o Domingo do princípio de Novembro em que se encerra a semana da Diocese. Para a instituição de Ministérios optou-se pelo Domingo inicial da semana de oração pelas vocações consagradas. Todas as celebrações são na catedral diocesana, a não ser que haja razões de peso para outro lugar.

26 A adesão dos diocesanos, não apenas às ordenações, mas também ao seminário em que os candidatos se formam e ainda a iniciativas pastorais destinadas a despertar e a promover novas vocações, em tudo isto é manifesto o alto apreço pelos sacerdotes e, sobretudo, por aquilo que Deus nos pode e quer conceder por meio deles, em muitos casos, só por meio deles. O quê concretamente? Ou, por outras palavras: o que é que realmente identifica o sacerdote?

S. João Paulo II resume-o assim: “Os presbíteros são, na Igreja e para a Igreja, uma representação sacramental de Jesus Cristo Cabeça e Pastor, proclamam a sua palavra com autoridade, repetem os seus gestos de perdão e oferta de salvação, nomeadamente com o Baptismo, a Penitência e a Eucaristia, exercem a sua amável solicitude, até ao dom total de si mesmos, pelo rebanho que reúnem na unidade e

30. *Pontifical Romano — Ordenação do Bispo, dos Presbíteros e Diáconos*, Edição da Conferência Episcopal Portuguesa de 1992, p. 151 e 91.

conduzem ao Pai por meio de Cristo no Espírito.”³¹ Ou seja, os sacerdotes dedicam-se genericamente às actividades de ensinar, santificar e governar o povo de Deus, e em todas elas com Cristo e como Cristo, Cabeça e Pastor da Igreja. Daí a definição de S. João Maria Vianney, o Santo Cura de Ars:

“O SACERDÓCIO É O AMOR DO CORAÇÃO DE JESUS”³²

27 De facto na solenidade do Sagrado Coração de Jesus celebra-se também o dia do sacerdote; o que levou o Papa Francisco, no âmbito do Ano Santo da Misericórdia, a escolher esta solenidade para o Jubileu dos sacerdotes em Roma.

Vale a pena recordar algumas das palavras então proferidas na homilia da celebração eucarística. Começa por convidar-nos a fixar “o olhar em dois corações: o *Coração do Bom Pastor* e o *nosso coração de pastores*.” Partindo depois das palavras de Jesus *Onde estiver o teu tesouro, aí estará também o teu coração* (Mt 6, 21), apresenta-nos, como “tesouros insubstituíveis do Coração de Jesus: o Pai e nós. As suas jornadas transcorriam entre a oração ao Pai e o encontro com as pessoas.” E o Papa acrescenta: “Também o coração do pastor de Cristo só conhece duas direcções: o *Senhor e as pessoas*. O coração do sacerdote é um coração trespassado pelo amor do Senhor; por isso já não olha para si mesmo — não deveria olhar para si mesmo — mas está fixo em Deus e nos irmãos. Já não é «um coração dançarino», (...) que corre daqui para ali à procura de consensos e pequenas satisfações; ao contrário, é um coração firme no Senhor, conquistado pelo seu Espírito, aberto e disponível aos irmãos.”³³ É — podemos concluir — aquele coração que faz de nós, sacerdotes, verdadeiros mediadores entre Deus e os

31. Em: *Pastores dabo vobis*, n. 15.

32. Citação do *Catecismo da Igreja Católica*, n. 1589.

33. Em: *Lumen*, Revista do Secretariado da Conferência Episcopal Portuguesa, Maio/Junho de 2016, p. 30. Itálicos no original.

homens, que amamos com a caridade que recebemos de Deus e tem de animar-nos em tudo o que fazemos.

Só assim evitaremos o tão nocivo perigo do funcionalismo, que faz do sacerdote um mero “agente social ou dispensador de ritos sagrados, «correndo o risco de atraí-lo ao próprio sacerdócio de Cristo» e reduzindo a vida do sacerdote a um mero cumprimento do dever.” Não: “Aquilo que as pessoas buscam no sacerdote é o homem de Deus, junto do qual possam descobrir a sua Palavra, a sua Misericórdia e o Pão do Céu, *que dá vida ao mundo* (Jo 6, 33): «Deus é a única riqueza que, de modo definitivo, os homens desejam encontrar num sacerdote»,”³⁴ o mesmo Deus de quem e para quem vive o sacerdote.

Examinemos, diante de Deus e serenamente, o modo como estamos a entregar-nos às actividades próprias do nosso ministério sacerdotal: se é realmente o amor do Coração de Jesus, todo voltado para Deus e para os homens, que nos move — o coração que pode fazer de nós aquilo por que somos conhecidos, presbíteros, sacerdotes e padres, conforme a actividade que predominantemente nos ocupa.

PRESBÍTEROS PARA ENSINAR

28 É sobretudo no ensino que somos “presbíteros”, isto é, “anciãos”: não pela idade, mas pela maturidade, sabedoria e conhecimentos, mais habituais em idades avançadas e adquiridos pela experiência e uma permanente formação.

Felizmente não nos faltam ofertas neste campo. Na nossa Diocese temos, entre outras, o Fórum Sacerdotal, na semana da Diocese e este ano integrado numa Assembleia Diocesana do Clero; as Jornadas de Formação Permanente que, pela primeira vez, decorrerão em três dias da segunda quinzena de Janeiro, fora da Diocese, em regime de internato e em dois turnos, para que todos possamos participar e à

34. Congregação para o Clero, *Directório para o Ministério e a Vida dos Presbíteros*, Edição de 2013, n. 7, com citações do Papa Bento XVI.

formação juntemos o convívio tão necessário entre nós; os encontros mensais dos padres ordenados há menos de 10 anos, mas abertos a todos; o retiro anual, organizado pela Vigararia do Clero; as palestras em alguns dos arceprestados, mas a estender a todos, ainda que em formatos diversos; encontros organizados por movimentos ou instituições especificamente sacerdotais. A tudo isto juntam-se iniciativas promovidas fora e dentro da Diocese, neste caso sobretudo pelo Instituto Católico, sem contar todas aquelas, de âmbito paroquial, arceprestal, diocesano e extra-diocesano, abertas a todas as pessoas. E finalmente temos, muitas vezes como efeito destas iniciativas, a leitura e o estudo pessoais, dentro e fora da oração diária, individual ou comunitária.

Porquê esta formação? — Pelo amor que nos une a Deus e às pessoas. A Deus porque nos chamou e nos concedeu o dom do sacerdócio e, depois do nosso «sim» na ordenação, nos continua “a chamar e a enviar.” A formação permanente “é necessária para discernir esse contínuo chamamento ou vontade de Deus.” Às pessoas une-nos a “caridade pastoral” que “impede o presbítero a conhecer cada vez mais as esperanças, as necessidades, os problemas, as sensibilidades dos destinatários do seu ministério: destinatários envolvidos nas suas concretas situações pessoais, familiares e sociais.”³⁵

Que o ensino que devemos administrar-lhes tenha em conta essas diferentes circunstâncias e situações, é óbvio. E que a formação a que ele se destina é cada vez mais necessária e urgente, foi já uma das principais conclusões do Sínodo Diocesano terminado em 2006.³⁶ Rezemos ao menos para que mais sacerdotes da nossa Diocese tomem consciência desta necessidade e procurem agir, em coerência com o seu ministério.

35. João Paulo II, *Pastores dabo vobis*, n. 70.

36. Vejam-se, na *Exortação Pastoral Pós-Sinodal* de D. José Augusto Pedreira, os números 4-6 da I parte e e praticamente toda a II parte.

SACERDOTES PARA SANTIFICAR

29 É no ministério de santificar que mais sentido têm quer o título “sacerdote” — um termo que na origem se aplica a quem desempenha actos sagrados — quer as palavras de S. Agostinho: “Nós, a quem o Senhor, pela sua misericórdia infinita e não por mérito nosso, colocou neste lugar de tão grande responsabilidade — e de que havemos de dar rigorosas contas — devemos distinguir claramente duas coisas: somos cristãos e somos bispos. Somos cristãos para nosso proveito, somos bispos para vosso proveito. Pelo facto de sermos cristãos, devemos pensar na nossa salvação; pelo facto de sermos bispos, devemos preocupar-nos com a vossa.”³⁷

De modo semelhante, também nós, sendo sacerdotes, não deixá-mos de ser cristãos. Pelo contrário, para bem santificarmos os outros, como sacerdotes, temos de preocupar-nos primeiro com a nossa própria santificação. Como? — Procurando viver o que fazemos nas celebrações a que presidimos, vivendo do que nelas fazemos.

Desde logo na pregação, especialmente a da homilia. Já S. Agostinho avisava os sacerdotes do perigo de se tornarem “pregadores vazios e superficiais da palavra de Deus, por não a escutarem interiormente.”³⁸ E o actual Papa insiste: “Antes de preparar concretamente o que vai dizer na pregação, o pregador tem de aceitar ser primeiro trespassado por essa Palavra que há-de trespassar os outros”(…); e isto ainda mais numa época como a nossa em que convence muito mais “escutar testemunhas.”³⁹ Graças a Deus, são cada vez mais os sacerdotes que com isso se preocupam e procuram mesmo preparar a homilia num contexto de oração, já que é nele que ela depois se processa.⁴⁰

37. Citação em: *Liturgia da Horas*, volume IV, 4ª edição portuguesa de 2009, p. 302.

38. Citação da Constituição Dogmática *Dei Verbum*, do II Concílio Ecuménico do Vaticano, n. 15.

39. Em: *Evangelii Gaudium*, n. 150, um dos 25 números (de um total de 288) que o Papa, na parte central da Exortação, dedica à homilia e sua preparação.

40. Nesse sentido, o *Directório Homilético* da Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos, n. 26-36, propõe a *lectio divina* como meio ideal para a preparação da homilia.

Mas é a Eucaristia propriamente dita que mais devemos viver, no mínimo, como desejamos que a vivam os restantes participantes. Reparemos como antes de lhes darmos a comunhão, somos nós que comungamos. E a exortação que S. Paulo, a partir da Eucaristia, dirige a todos, aplica-se especialmente aos que a ela presidem: *Exorto-vos irmãos, pela misericórdia de Deus, a que ofereçais os vossos corpos como sacrifício vivo, santo, agradável a Deus. Seja este o vosso verdadeiro culto, o espiritual* (Rom 12, 1). Se Cristo oferece o seu Corpo (e Sangue), servindo-se da nossa voz e das nossas mãos de sacerdotes, vamos nós separar a voz e as mãos do resto do corpo e não nos darmos, de corpo e alma, aos mesmos pelos quais Cristo se oferece?

Mas é grande o risco de tal amputação. E de onde nos vem ele? — Daquilo que, ainda segundo S. Paulo, devemos evitar e que o Beato Bartolomeu dos Mártires, em parte, integrou no seu lema episcopal: *Não vos conformeis com este mundo. Pelo contrário, deixai-vos transformar, adquirindo uma nova mentalidade, para poderdes discernir qual é a vontade de Deus: o que é bom, o que lhe é agradável, o que é perfeito* (Rom 12, 2).

Típico da mentalidade mundana é o lucro. Tudo se faz a pensar, não tanto nos outros, mas no próprio, no proveito que disso pode tirar: riqueza, prestígio, poder. Que nem as coisas de Deus estão livres disso, a começar pelo que Ele nos dá de mais sagrado, a Eucaristia, todos o sabemos e talvez por experiência própria. É escandaloso e desastroso o que infelizmente bastantes sacerdotes ainda fazem, por exemplo, com os estipêndios das Missas, ignorando o que a Igreja determina sobre eles, para salvaguardar a sacralidade deste sacramento.

Vamos então deixar de celebrar? Sigamos antes o caminho da conversão pessoal e da ajuda fraterna a quem, neste ou noutros aspectos do ministério, dela precisa. Recorramos regularmente à graça do perdão, oferecida no sacramento da Penitência. Sejam fiéis ao dever do retiro anual. E rezemos todos os dias, persistentemente, a começar pela liturgia das horas. Numa palavra: confiemo-nos a Deus nosso Pai, como fez Jesus, para ser o sacerdote fiel e único que foi e quer ser por meio de nós.

PADRES PARA GOVERNAR

30 “Padre” é uma forma arcaica de “pai” — o pai espiritual que cada padre deve ser, sobretudo na missão de governar.

Desde logo contribuindo para novas vidas. *Ainda que tivésseis dez mil pedagogos em Cristo, não teríeis muitos pais, porque fui eu que vos gerei em Cristo Jesus, pelo Evangelho*, escreve S. Paulo aos Coríntios, regenerados por seu intermédio para a vida nova de cristãos (1 Cor 4, 15). E o Santo Cura de Ars estende esse contributo ao resto da vida: “Quem acolheu a vossa alma no primeiro momento do ingresso na vida? O sacerdote. Quem a alimenta para lhe dar a força de realizar a sua peregrinação? O sacerdote. Quem a há-de preparar para comparecer diante de Deus, lavando-a pela última vez no sangue de Jesus Cristo? O sacerdote. E se esta alma chega a morrer [pelo pecado], quem a ressuscitará, quem lhe restituirá a serenidade e a paz? Ainda o sacerdote. [...] Depois de Deus, o sacerdote é tudo! [...] Ele próprio não se entenderá bem a si mesmo, senão no céu.”⁴¹

Por esta razão o sacerdote se mantém celibatário. Não pelo desejo, tão frequente no mundo de hoje, “de viver só para si mesmo, de não aceitar qualquer vínculo definitivo, de ter uma vida em todos os momentos de plena autonomia, decidir em qualquer momento como fazer, o que tirar da vida. (...) O celibato é precisamente o contrário: é um «sim» definitivo, é um deixar-se guiar pela mão de Deus, entregar-se nas mãos do Senhor, no seu «eu», e portanto é um acto de fidelidade e de confiança, um acto que supõe também a fidelidade do matrimónio.”⁴² E é na fidelidade — para o padre, à Igreja, sua única esposa — que, no dizer do Papa Francisco, “está o segredo da fecundidade. Os filhos espirituais que o Senhor dá a cada sacerdote, aqueles que baptizou, as famílias que abençoou e ajudou a caminhar, os doentes que apoia, os jovens com quem partilha a catequese e a

41. Citação do *Directório para o Ministério e a Vida dos Presbíteros*, da Congregação Para o Clero, Edição de 2013, n. 24.

42. Palavras de Bento XVI, citadas em: *ibidem*, n. 82.

formação, os pobres que socorre... todos eles são esta «Esposa» que o sacerdote se sente feliz de tratar como sua predilecta e única amada e ser-lhe fiel sem cessar.”⁴³

31 A governar como pai, o padre é também educador e guia da comunidade a que se entrega. Já S. Pedro exortava os presbíteros do seu tempo: *Apascentai o rebanho de Deus que vos foi confiado, velando por ele, não constrangidos mas de boa vontade, segundo Deus; não por ganância mas por dedicação; nem como dominadores sobre aqueles que vos foram confiados mas tornando-vos modelos do rebanho. E quando aparecer o supremo pastor, recebereis a coroa eterna de glória* (1 Ped 5, 2-4). Ainda hoje corremos os mesmos três perigos, deixando assim de sermos verdadeiros padres. Como evitá-los?

Contra o autoritarismo ou clericalismo, dispondo-nos a escutar e a responsabilizar os cristãos das nossas comunidades, como é próprio do Corpo de Cristo que é a Igreja, em que cada membro, com os seus carismas, se deixa conduzir pelo mesmo e único Espírito. É para isso que existem em cada paróquia, entre outros órgãos, o Conselho Paroquial para os Assuntos Económicos e o Conselho Pastoral Paroquial, o primeiro canonicamente obrigatório e o segundo vivamente aconselhado.

À ganância ou avareza S. Paulo chama *idolatria* (Col 3, 5), tão forte é o poder de atracção e domínio dos bens materiais. Tudo se lhes sacrifica, até a alma e o Deus vivo e verdadeiro. Pior do que a prostituição do próprio corpo (a imagem é dos profetas bíblicos). Que o perigo é real entre nós, nota-se nas dificuldades em implementar plenamente o estatuto económico do clero, inserido na legislação mais alargada sobre a administração dos bens da Igreja na Diocese. Mas os valores de justiça e igualdade, desprendimento e partilha solidária por que o estatuto se rege são demasiado sagrados e constitutivos da Igreja, para deles abdicarmos. Além dos esforços pacientes e persistentes que continuarão a ser feitos, contemos com a graça de Deus que tudo

43. Homília da Missa Crismal de 17.04.2014, em: *Lumen*, Revista do Secretariado da Conferência Episcopal Portuguesa, Março/Abril de 2014, p. 37.

pode e com quem cada um de nós, sacerdotes, confronta permanentemente a sua consciência, na esperança de, como nos dizia S. Pedro, d’Ele recebermos *a coroa eterna de glória*.

32 É igualmente com Deus que podemos vencer o perigo de agirmos constrangidos e não de boa vontade. Antes de mais, porque é d’Ele enquanto Pai que, como escreve S. Paulo, *recebe o nome toda a paternidade na terra e nos céus* (Ef 3, 15), portanto também a nossa de padres. E como responder a esta graça? — Dobrando os joelhos diante d’Ele, como faz S. Paulo (cf. Ef 3, 14): um dobrar repetido durante a ordenação, aí até à total prostração; um dobrar consciente, livre, feliz, por ser resposta de amor a quem tanto nos ama e, nesse amor, tanto conta connosco.

Em vez de “dobrar” poderia dizer-se “obedecer”, do latim “ob-audire”, isto é, um “ouvir submisso”, como na “obediência da fé” (Rom 1, 5; 16, 26). Todos nós prometemos essa obediência na ordenação: o bispo ao papa; e os presbíteros e diáconos ao bispo. Mas tanto no papa como no bispo foi a Deus que prometemos obedecer, ao Deus que age por meio deles. O que uns e outros comumente procuram é, “não a própria vontade, mas a vontade d’Aquele que os enviou,” e a vontade d’Ele é “que todos os homens se salvem.”⁴⁴ Portanto, também na obediência é a caridade que nos move.

Por isso ela tem de ser activa, cooperativa. Participo em órgãos para que sou eleito ou em encontros para que sou convocado, como co-laborador na obra comum, e não assistente passivo. E disponho-me a exercer o ministério, não onde penso obter compensações, sejam elas de que género forem, mas porque é aí que sou necessário, é aí que o bem dos outros exige a minha entrega. Uma coisa é certa: quem assim age, é feliz, por várias razões.

Primeiro pelo contributo que assim dá para a comunhão, humana e cristãmente, tão importante e de que o próprio tanto pode

44. II Concílio Ecuménico do Vaticano, Decreto *Presbyterorum Ordinis*, n. 15, com alusões a Jo 4, 34; 5, 30 e 6, 38, sobre a obediência de Jesus à vontade do Pai que o enviou.

usufruir — a comunhão que nasce e se alimenta da comum adesão a Deus, uno e trino; a comunhão com a Igreja, no seu todo e a nível local; a comunhão com os mais responsáveis pela sua vida, impossível sem a colaboração de todos; a comunhão com o presbitério de que fazemos parte, uma comunhão de que membro algum se pode excluir, que abarca os diferentes âmbitos da vida pessoal e eclesial de cada um e que pode adquirir expressões comunitárias mais ou menos intensas. Que esta comunhão esteja exposta a ataques externos e a tensões internas, não tem de ser só um mal. Pelo contrário: é nas provações que mais recorremos ao *Pai da misericórdia e Deus de toda a consolação* (2 Cor 1, 3), para que reforce ou restabeleça a comunhão com o seu amor, o seu perdão.

Mas poderemos ser felizes, por mais um motivo: pelo contributo que assim podemos dar para que surjam novas vocações para o sacerdócio ministerial e a vida consagrada. Sabemos que elas são dom de Deus, e é sempre Ele quem chama. Daí o convite, neste ponto, à oração confiante e persistente. Mas Deus quer mais de nós, ao constituir-nos seus especiais mediadores. Quer o que nos diz S. João Paulo II: “A própria vida dos padres, a sua dedicação incondicional ao rebanho de Deus, o seu testemunho de amoroso serviço ao Senhor e à Igreja — testemunho assinalado pela opção da cruz acolhida na esperança e na alegria pascal –, a sua concórdia fraterna e o seu zelo pela evangelização do mundo são o primeiro e mais persuasivo factor de fecundidade vocacional.”⁴⁵ Quantos de nós recordam a sua história vocacional à luz destas palavras! E que alegria se, de modo semelhante, entrarmos na história de outras vocações!



45. Em: *Pastores dabo vobis*, n. 41.

..✦ TERCEIRA PARTE ✦..

SERVIR NA VIDA MATRIMONIAL

O VINHO BOM

33 Trata-se do vinho oferecido por Jesus nas bodas de Caná, **Jo, 2, 1-11**. Deixemo-nos inebriar por ele, ao sabor do relato.

Antes de mais porque nele se concentram as atenções. Cinco são as vezes em que aparece a palavra “vinho”, só menos uma que o nome de “Jesus”. Não se conta como decorreu o casamento. Não há qualquer menção à noiva, e ao noivo só a partir do v. 9, e mesmo assim como mero ouvinte. E da boda só começa a falar-se depois de o vinho faltar e a Mãe de Jesus lhe chamar a atenção para a situação, que era grave. Uma boda sem vinho era, já então, simplesmente impensável. Mas possível, uma vez qua as bodas, por regra, duravam vários dias.

Também não se descreve como é que Jesus transformou a água em vinho. Ao narrador — e a nós leitores — só interessa primeiramente a enorme quantidade. Seis talhas cheias — cada uma com a capacidade para 2-3 medidas, que por sua vez levavam, cada qual, 35-40 litros — tudo junto dava cerca de 600 litros.

A isto acresce a excepcional qualidade, vincada pelo chefe de mesa ao noivo, depois de o provar: *Toda a gente serve primeiro o vinho bom e, depois de os convidados terem bebido bem, serve o inferior. Mas tu guardaste o vinho bom até agora* (v. 10).

Que vinho é este afinal? E de que bodas se trata realmente?

34 Sigamos as pistas que o próprio texto oferece. Desde logo o nome dado por S. João aos milagres de Jesus. Não sendo na boca de Jesus, chama-lhes quase sempre “sinais”, como acontece aqui: *Foi assim que, em Caná da Galileia, Jesus realizou o primeiro sinal, manifestou a sua glória e os discípulos acreditaram n'Ele* (v. 11). Um sinal aponta para outra realidade, com a qual tem algo de comum. Qual, neste caso?

Segundo o que Jesus diz a sua Mãe — *Ainda não chegou a minha hora* (v. 4) –, é alguma coisa que haveria de realizar-se na sua hora, aquela hora que o Evangelista introduz assim: *Antes da festa da Páscoa, sabendo Jesus que chegara a sua hora de passar deste mundo para o Pai, Ele, que amara os seus que estavam no mundo, amou-os até ao fim* (13, 1). Trata-se portanto da hora da sua morte, em que Ele leva o seu amor, prefigurado no lava-pés, até ao extremo, até à consumação de dar a vida pelos amigos (cf. 19, 28–30; 15, 13). É então que Ele, triunfando sobre o pecado e a morte, manifesta plenamente a sua glória (cf. 7, 39; 12, 16.23; 13, 31.32) e os discípulos, rendidos a esse amor, acreditam definitivamente n'Ele. Para aí aponta ainda a referência temporal no início do relato: foi *ao terceiro dia* (2, 1) que também o Ressuscitado apareceu aos discípulos, lhes mostrou as mãos e o lado de crucificado, soprou sobre eles o seu Espírito e os fez mediadores do seu perdão (cf. 20, 19–23).

35 Conclusão: comum à gloriosa morte de Jesus e ao maravilhoso vinho por Ele oferecido em Caná é o amor — aquele amor que, por inebriar, entre enamorados é associado ao vinho (cf. Ct 1, 4; 5, 1; 7, 3.10; 8, 2), *que alegra o coração do homem* (Sl 103/104, 15), é sinal de salvação escatológica (cf. Is 25, 6; 55, 1–3; Jr 35, 5.12; Os 14, 8) e, fora da tradição bíblica, é visto como bebida imortal e símbolo de amor divino.

É um vinho, o de Caná, inserido na união matrimonial entre marido e esposa, uma das imagens mais expressivas, sobretudo na tradição profética, da aliança de Deus com o seu povo. Veja-se o que o Profeta que fala em Is 62, 4–5 lhe promete: *Não mais te chamarão «Abandonada», nem à tua terra «Deserta», mas hão-de chamar-te «Pre-dilecta» e à tua terra «Desposada», porque serás a predilecta do Senhor*

e a tua terra terá um esposo. Tal como o jovem desposa uma virgem, o teu Construtor te desposará; e como a esposa é a alegria do marido, tu serás a alegria do teu Deus.

Trata-se de parte da leitura do AT escolhida para o II Domingo do Tempo Comum do Ano C, em que também é lido o relato das Bodas de Caná. A escolha baseia-se certamente na convicção de que a promessa se cumpriu em Jesus: mas não tanto em Caná, como sobretudo na cruz, onde Ele derrama por nós e por todos o seu sangue, “o sangue da nova e eterna aliança (...) para remissão dos pecados”, que nos separam do nosso Deus. Que Ele pronuncie estas palavras, tanto na última Ceia como na Eucaristia, sobre o vinho, de cor semelhante à do sangue, mostra por que razão o vinho de Caná era tanto e tão bom. Afinal também nós continuamos a saboreá-lo no amor que tanto nos pode animar e alegrar, nomeadamente na vida familiar e matrimonial.

36 A intervenção da Mãe de Jesus confirma de que amor se trata. Até porque, depois das bodas de Caná, no início da actividade messiânica de Jesus, ela só reaparece no final, junto à cruz, onde Jesus dá a vida por nós. E quer num lugar quer no outro ela é tratada, não pelo nome próprio “Maria”, mas como *Mulher* (pelo seu Filho) e *Mãe de Jesus* (pelo Evangelista). Porquê?

Provavelmente porque como mulher e mãe é que ela mais se insere no amor do Filho: um amor em que, pela pessoa amada, se está disposto a tudo, até a dar a própria vida, como faz toda a mulher para com os filhos de que é mãe, uma autêntica mãe. Este mesmo amor, vindo de Jesus, faz de cada um de nós um “discípulo amado” a quem Jesus entrega como Mãe a sua própria Mãe. E com ela em nossa casa, será muito mais fácil viver desse amor, designadamente nas relações entre marido e esposa.

SERÃO OS DOIS UMA SÓ CARNE

37 Estas palavras em título são originárias de Gn 2, 24 e citadas no v. 31 de Ef 5, 21–33, um dos textos bíblicos teologicamente mais ricos sobre o matrimónio. Por isso ele é recomendado para a celebração deste sacramento e iremos orientar-nos por ele nas páginas que se seguem.

Isto, apesar de ele ser, simultaneamente, um dos textos mais incompreendidos e detestados, nomeadamente por noivos, por nele se dizer que *o marido é a cabeça da mulher* e que *as mulheres se devem submeter em tudo aos maridos* (v. 23 e 24). Antigamente sim — argumentam sobretudo as noivas. Mas nos nossos dias, em que até a Igreja defende a igualdade de dignidade e direitos entre homem e mulher!? Mais: Não irão palavras como estas dar cobertura à violência doméstica, de que a maior vítima continua a ser a mulher?

Sim, é verdade que na sociedade de então predominava o regime patriarcal, em que a mulher, além de garantir a reprodução da espécie humana, para pouco mais servia. E não consta que a Igreja da época lutasse abertamente contra esse estatuto. Fazia aliás o que de certo modo também Jesus fizera. Nas mudanças que realizava, para atacar as estruturas sociais, começava pelas pessoas: por Ele próprio, que acolheu várias mulheres entre os seus discípulos, uma novidade que depois se repercutiu na Igreja. *Não há judeu nem grego; não há escravo nem livre; não há homem e mulher, porque todos sois um só em Cristo* — escreve S. Paulo (Gal 3, 28), para dizer que, na Igreja, ninguém é excluído da comunhão com Cristo e os irmãos, por diferenças étnicas, sociais ou sexuais.

Que esta comunhão contribuiu, posteriormente, para que também a sociedade mudasse neste aspecto do seu tecido social, é um dado histórico mais ou menos adquirido. Os cristãos não iam deixar de fazer fora da Igreja o que era dever entre eles. Até porque, se alguém mais precisava do amor salvífico de Cristo, eram os que não o conheciam. Mas até daí resultarem mudanças estruturais na sociedade, demorou o seu tempo, pelo menos o tempo necessário para os cristãos serem religiosa e socialmente aceites. Não era ainda o caso, quando a carta

aos Efésios foi escrita. Pelo contrário, eram tempos de perseguição. E opor-se à ordem social dominante só agravaria a situação dos cristãos e o perigo de sobrevivência da Igreja. Mas — pergunta-se, e com razão — podia a Igreja, por esse motivo, abdicar de princípios e do estilo de vida que a identificavam? Imagine-se isso com Cristo: não teria sido morto, é verdade; mas nós também não seríamos salvos por Ele.

Havia um outro caminho: o da linguagem de duplo sentido. As mesmas palavras podiam significar uma coisa para os cristãos e outra para os seus perseguidores. Era o caso das afirmações: *o marido é a cabeça da mulher* e *as mulheres devem submeter-se em tudo aos maridos*. São palavras que, para não cristãos, respeitavam a ordem estabelecida sobre o estatuto da mulher; mas, para os cristãos, baseiam-se em motivos que acabariam por minar essa mesma ordem, para já entre eles, no seio da Igreja.

38 O primeiro desses motivos, referidos em Ef 5, 21–33, até é de ordem natural. Parte da experiência humana subjacente ao texto de Gn 2, 18–24, cuja conclusão é citada em Ef 5, 31: o problema da solidão, que afecta de tal modo o ser humano que tem de ser resolvido no âmbito da sua criação. *Não é bom que o homem esteja só*, começa Deus por dizer. Realmente, para viver, o homem precisa, ainda hoje, de *uma auxiliar semelhante a ele* (v. 18.20), alguém que lhe esteja, à letra, “como que frente-a-frente”, ao seu nível. Só assim pode ser devidamente auxiliado.

Não a tendo encontrado entre os animais, a solução é procurada no próprio homem: numa costela, parte do seu ser, que Deus lhe extrai. E é então que o homem, ao deparar-se com a mulher formada da costela, exclama, extasiado: *Esta é realmente osso dos meus ossos, carne da minha carne* — palavras, as primeiras que o homem pronuncia na Bíblia, indicativas de uma relação familiar estreita. E no mesmo sentido o homem acrescenta, num jogo de palavras: *Chamar-se-á mulher* (em hebraico *ichá*), *porque foi tirada do homem* (em hebraico *ích*) (v. 23). E o narrador conclui: *Por isso o homem deixará pai e mãe, para se unir à sua esposa, e os dois serão uma só carne* (v. 24). Isto é, à igual dignidade

entre homem e mulher junta-se a diferença e a atração sexual, tão forte que leva o homem a deixar o conforto do ninho paterno para arriscar uma vida nova com a mulher a que se une. Significa que é algo de imprescindível para a vida e por isso querido por Deus.

É Ele, pois, que quer o homem e a mulher unidos numa só carne, e isto nos três níveis referidos assim pelo Papa Francisco: “no abraço físico (...), na união dos corações e das vidas e, porventura, no filho que nascerá dos dois e, em si mesmo, há-de levar as suas «carnes», unindo-as genética e espiritualmente.”⁴⁶ Pela sua importância vital, percorramos os três níveis, um por um.

UMA SÓ CARNE “NO ABRAÇO FÍSICO”

39 Trata-se da união corporal do homem e da mulher, sexualmente diferentes. Que o prazer que daí resulta é querido por Deus, já o teólogo e místico alemão Heinrich Seuse (1295–1366) o reconhecia: “Deus não nos quer roubar o prazer; Ele quer dar-nos prazer sem fim.”⁴⁷ E o Papa Pio XII mostra-nos porquê: “Foi o próprio Criador quem [...] estabeleceu que, nesta função [da geração], os esposos experimentassem prazer e satisfação do corpo e do espírito. Portanto, os esposos não fazem nada de mal ao procurar este prazer e gozar dele. Aceitam o que o Criador lhes destinou. No entanto, devem saber manter-se dentro dos limites duma justa moderação.”⁴⁸

S. João Paulo II contextualiza essa moderação: “A sexualidade (...) só se realiza de maneira verdadeiramente humana se for parte integrante do amor com o qual homem e mulher se comprometem totalmente um para com o outro até à morte.”⁴⁹

46. Em: *Amoris Laetitia*, n. 13.

47. Citação em: *Youcat. Catecismo Jovem da Igreja Católica*, p. 27.

48. Citação do *Catecismo da Igreja Católica*, n. 2362.

49. Em: *Familiaris Consortio*, n. 11.

Separado deste amor, o *eros* pode acabar até por ser endeusado, como, segundo o Papa Bento XVI, aconteceu na Grécia antiga: “Os gregos (...) viam no *eros* sobretudo o inebriamento, a subjugação da razão por parte de uma «loucura divina» que arranca o ser humano das limitações da existência e, neste estado de transtorno por uma força divina, faz-lhe experimentar a mais alta beatitude. Deste modo, todas as outras forças, quer do céu quer da terra, resultam de importância secundária. (...) Nas religiões, esta posição traduziu-se nos cultos da fertilidade, aos quais pertence a prostituição «sagrada» que prosperava em muitos templos.”

Mas com que efeitos? — “As prostitutas (...) não são tratadas como seres humanos e pessoas, mas servem apenas como instrumentos para suscitar a «loucura divina» (...), pessoas humanas de quem se abusa.” O mesmo, diz ainda Bento XVI, se passa hoje: “O modo de exaltar o corpo, a que assistimos hoje, é enganador. O *eros* degradado a puro «sexo» torna-se mercadoria, uma simples «coisa» que se pode comprar e vender; mais, o próprio ser humano torna-se mercadoria.”⁵⁰

A isto podemos juntar a actual «cultura do provisório» de que fala o Papa Francisco, com exemplos como: a “rapidez com que as pessoas passam de uma relação afectiva para a outra”; o “medo que desperta a perspectiva de um compromisso permanente”; a “obsessão pelo tempo livre”; as “relações que medem custos e benefícios e se mantêm, apenas se forem um meio para remediar a solidão, ter protecção ou receber algum serviço. Transpõe-se para as relações afectivas o que acontece com os objectos e o meio ambiente: tudo é descartável, cada um usa e deita fora, gasta e rompe, aproveita e espreme enquanto serve; depois adeus. O narcisismo torna as pessoas incapazes de olhar para além de si mesmas, dos seus desejos e

50. Em: *Deus Caritas est*, n. 4 e 5.

necessidades. Mas — avisa o Papa — quem usa os outros, mais cedo ou mais tarde acaba por ser usado, manipulado e abandonado com a mesma lógica.”⁵¹

Que fazer perante isso?

UMA SÓ CARNE “NA UNIÃO DOS CORAÇÕES E DAS VIDAS”

40 Talvez por ser fisiologicamente central e imprescindível para a vida, o coração é também a sede de tudo o resto que faz parte da vida: sentimentos e emoções, decisões e até conhecimentos. De tal modo que uma união dos corações e das vidas entre homem e mulher implica o “dom mútuo total”, que se alimenta “mediante a vontade pessoal de compartilhar, num plano de vida integral o que têm e o que são.”

Por essa partilha radicar ainda “na complementaridade natural que existe entre o homem e a mulher (...), por isso, tal comunhão é fruto e sinal de uma exigência profundamente humana” e “a poligamia contradiz radicalmente essa comunhão,” além de ser “contrária à igual dignidade pessoal entre o homem e a mulher, que no Matrimónio se entregam com amor total e por isso mesmo único e exclusivo.”⁵²

Prometem-no mesmo por duas vezes, no chamado “consentimento matrimonial” da celebração do Matrimónio: quando dizem que sim, que é de “livre vontade e todo o coração” que pretendem unir-se; e quando prometem amar-se e respeitar-se mutuamente “na alegria e na tristeza, na saúde e na doença”.⁵³ Até o ciúme, em si tão doloroso e ameaçador dessa comunhão, até ele, no fundo, se baseia na mesma exigência e necessidade naturais de uma mútua entrega total e exclusiva.

51. Em: *Amoris Laetitia*, n. 39.

52. João Paulo II, *Familiaris Consortio*, n. 19.

53. *Ritual Romano da Celebração do Matrimónio*, 3ª Edição da Conferência Episcopal Portuguesa, n. 60.61.

41 A esta intensidade na entrega mútua os noivos acrescentam, sobre a sua duração: “por todos os dias da nossa vida.”⁵⁴ Que também isso faz parte da natureza da união conjugal, mostra-o o Papa Francisco pelos seguintes “sinais da realidade: quem está enamorado não projecta que essa relação possa ser apenas por um determinado tempo; quem vive intensamente a alegria de se casar não está a pensar em algo de passageiro; aqueles que acompanham a celebração de uma união cheia de amor, embora frágil, esperam que possa perdurar no tempo; os filhos querem não só que os pais se amem mas também que sejam fiéis e permaneçam sempre juntos.”⁵⁵

Apesar desses e outros sinais, a verdade é que são cada vez mais as uniões que se dissolvem. E com que facilidade! Entre nós, está quase a tornar-se uma cultura, que leis estatais indirectamente apoiam e o comércio já aproveita: até para celebrar divórcios já se organizam banquetes.

Não admira por isso que muitos jovens, receosos de que lhes suceda o mesmo, em vez do casamento optem pelas uniões de facto, apesar de serem ainda mais instáveis e não menos perniciosas para os filhos, caso os venham a ter. Sim, porque o medo também condiciona as opções por terem filhos.

UMA SÓ CARNE “NO FILHO QUE NASCERÁ DOS DOIS”

42 Não há dúvidas de que “o matrimónio e o amor conjugal estão, por sua própria índole, ordenados para a procriação e educação dos filhos”, que, por isso, “são o dom mais excelente do matrimónio e contribuem muitíssimo para o bem dos pais.”⁵⁶ Basta ver a frustração e o sofrimento da grande maioria dos casais que os não podem ter. E

54. *Ibidem*, n. 61.

55. Em: *Amoris Laetitia*, n. 123.

56. Il Concílio Ecuménico do Vaticano, Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, n. 50.

os progressos da ciência contra a esterilidade, por vezes até por caminhos eticamente duvidosos e mesmo reprováveis. Está em jogo o futuro da humanidade e não apenas dos esposos.

Estes, “enquanto se dão entre si, dão para além de si mesmos um ser real — o filho, reflexo vivo do seu amor, sinal permanente da unidade conjugal e síntese viva e indissociável do seu ser pai e mãe.”⁵⁷ Uma unidade e uma síntese em praticamente tudo: nas feições, gostos, habilidades, hábitos bons e, infelizmente, também maus. Os filhos são e fazem o que desde pequenos vão observando sobretudo naqueles que mais os amam e contribuem para a sua vida. Mesmo no campo educativo, só em casos extremos, eles são, por lei, afastados da tutela dos pais biológicos.

Compreende-se por tudo isto que, também a propósito da fecundidade, os noivos, na celebração do matrimónio, se comprometam “a receber amorosamente os filhos como dom de Deus e a educá-los segundo a lei de Cristo e da Igreja.”⁵⁸ É uma das condições para que a união matrimonial seja canonicamente válida e que a Igreja impõe por saber da felicidade que isso representa para o casal.

43 No entanto, também neste ponto, há quem pense ou pelo menos faça o contrário: há casais — por enquanto poucos entre nós, mas com tendência para aumentar — que optam por não terem filho algum, unicamente pelos incómodos que os filhos lhes causam nos diferentes sectores da sua vida pessoal e comum; há casais — neste caso mais frequentes, para não dizer maioritários, pelo menos entre nós — que, pelas mesmas razões, limitam o número de filhos ao mínimo de um ou dois; há casais que, num caso como no outro, se não coíbem de recorrer ao aborto, em gravidezes inesperadas; há casais enfim sem tempo e disposição para se ocuparem dos filhos, substituindo a presença e o carinho por jogos ou outros meios que, além do mais, contribuem para uma concepção materialista e egoísta da vida nos filhos.

57. João Paulo II, *Familiaris Consortio*, n. 14.

58. *Ritual Romano da Celebração do Matrimónio*, 3ª edição da Conferência Episcopal Portuguesa, n. 60.

Mas há, graças a Deus, casais que, além do tempo e do amor que dedicam aos filhos, frutos de um planeamento familiar generoso e responsável, ainda se entregam voluntaria e gratuitamente a outros serviços, dentro e fora da igreja, conscientes de que o bem que fazem aos outros acabará por reverter em seu próprio proveito e dos filhos, que assim descobrem que a vida se ganha na medida em que se dá. De onde lhes vem, a estes casais, a energia para isso?

NÃO SEPARE O HOMEM O QUE DEUS UNIU

44 As palavras em título aparecem-nos em dois contextos: primeiro e na origem, em **Mc 10, 1-12**, a propósito da indissolubilidade do matrimónio, um tema introduzido por fariseus que perguntam a Jesus: *Pode um homem repudiar a sua mulher* (v. 2)? Desafiados por Jesus, os próprios dizem que sim, que *Moisés permitiu que se passasse um certificado de divórcio para se repudiar a mulher* (v. 4, baseado em Dt 24, 1-4).

Antes de vermos a reacção de Jesus, convém saber que, na origem, era intenção desta legislação de Moisés defender a mulher de quem o marido se divorciasse: este só o podia fazer, se descobrisse nela *algo de vergonhoso* (Dt 24, 1); e para ela poder voltar a casar é que lhe passava a certidão de divórcio. Só que, na prática, sucedia o oposto, pelo menos seguindo-se uma interpretação lata de “vergonhoso”: bastava a mínima coisa, para o marido se ver livre da esposa. Além de que só ele gozava desse direito. Ou seja, a lei servia afinal para oprimir ainda mais a mulher.

Daí a resposta de Jesus: *Foi por causa da dureza do vosso coração que ele (Moisés) vos deixou essa lei. Mas no princípio da criação, «Deus fê-los homem e mulher. Por isso, o homem deixará pai e mãe para se unir à sua esposa, e os dois serão uma só carne». Portanto, não separe o homem o que Deus uniu* (v. 5-9). Citando Gn 1, 27 e 2, 24, Jesus defende assim quer a igualdade entre homem e mulher quer a união entre eles como obra

do Criador. Só um pecador, duro de coração, se atreveria a dissolvê-la. Mas, como mudar corações de pedra em corações de carne?

45 As palavras *não separe o homem o que Deus uniu* levam-nos, em segundo lugar, à celebração do sacramento do Matrimónio. São a conclusão da bênção dada pelo presidente da celebração aos esposos, imediatamente a seguir ao acto propriamente sacramental, em que o noivo e a noiva, de mãos dadas e, talvez, de olhos nos olhos, à vez dizem um ao outro que se recebem mutuamente como esposa e marido e prometem fidelidade, amor e respeito, na saúde e na doença, por todos os dias da sua vida.⁵⁹ Esta união é sagrada, por ser obra de Deus. E o que Deus faz, criatura alguma pode licitamente desfazer.

Mas é obra de Deus, como? Quem administra este sacramento? — Os esposos: são eles “quem, como ministros da graça de Cristo, mutuamente se conferem o sacramento do Matrimónio, ao exprimirem, perante a Igreja, o seu consentimento,”⁶⁰ — um poder recebido no Baptismo, que os tornou ministros ou diáconos de Cristo, no sentido de seus representantes e mediadores.

Sem forçar demasiado o texto das bodas de Caná, talvez os possamos ver nos “serventes” (em grego, “diáconos”) que Jesus encarrega de encher as talhas de água e, a seguir, levar a provar o vinho novo ao chefe de mesa, com este pormenor: o chefe de mesa *não sabia de onde viera, pois só os serventes, que tinham tirado a água, sabiam* (Jo 2, 9). Teriam eles já provado o vinho? A verdade é que só entram em cena, depois de a Mãe de Jesus lhes dizer: *Fazei tudo o que Ele (Jesus) vos disser* (2, 5). Isto é, o que fazem é por encargo de Jesus e sua mãe, os principais intervenientes na transformação da água no vinho do amor, que Ele oferece a todos na cruz e, sacramentalmente, a quem é baptizado.

É deste amor divino que os noivos vivem, como cristãos, e o transmitem um ao outro, para que o amor humano, que já tanto os atrai e une, adquira a solidez e a amplitude que só Deus lhe pode dar.

59. Cf. *Ritual Romano do Sacramento do Matrimónio*, 3ª Edição da Conferência Episcopal Portuguesa, n. 62.

60. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 1623.

46 Também S. Paulo, em **Ef 5, 21-33**, fala do amor esponsal entre Cristo e a Igreja e entre marido e esposa, mas em termos ainda mais sacramentais. *Porque Cristo amou a Igreja e se entregou por ela* — na sua morte salvífica — *e porque quis santificá-la, purificando-a no baptismo da água e pela palavra da vida, para* — como num casamento — *a apresentar a si mesmo como Igreja cheia de glória, sem mancha nem ruga, nem coisa alguma semelhante, mas santa e imaculada*, e depois — mormente na Eucaristia — *ainda a alimenta e lhe presta cuidados* (v. 25b-27); e porque, por outro lado e como efeito deste amor inesgotável, *Cristo é a cabeça da Igreja, seu Corpo, do qual Ele é o Salvador*, e a Igreja — na obediência da fé — *se submete a Cristo* (v. 23b-24a): por estas razões é que, por um lado — a exemplo de Cristo e com a sua graça — *os maridos devem amar as suas mulheres* (v. 28; cf. v. 25a); e por outro — a exemplo da Igreja de que fazem parte — *as mulheres se devem submeter em tudo aos maridos* (v. 24b); e se o marido é a cabeça da mulher, é-o só por analogia com Cristo como cabeça da Igreja (v. 23).

Assim se explica como é que, nas relações marido-esposa, S. Paulo aplica o verbo “amar” só ao marido, e “submeter-se” quase só à esposa. Ao estatuto da mulher na sociedade de então, que os cristãos se viam obrigados a respeitar, junta-se a analogia com a relação entre Cristo e a Igreja. Mas logo no início é dito, não às mulheres, mas a todos: *Sede submissos uns aos outros no temor de Cristo* (v. 21). Ou seja, também os maridos devem submeter-se às esposas, pelo amor que lhes têm como cristãos. E amá-los é, pela mesma razão, dever igualmente das mulheres, um dever expresso numa sujeição livre, própria de quem ama e se sente amada — por Cristo que, para nos salvar, além de descer à nossa condição humana, *humilhou-se ainda mais, obedecendo até à morte e morte de cruz* (Fil 2, 8).

47 Os primeiros a aproveitar desta intervenção de Cristo no Matrimónio são obviamente os esposos. Cristo “fica com eles, dá-lhes coragem de o seguirem tomando sobre si a sua cruz, de se levantarem depois das suas quedas, de se perdoarem mutuamente, de levarem o fardo um do outro, de serem «submissos um ao outro no temor de

Cristo» (Ef 5, 21) e de se amarem com amor sobrenatural, delicado e profundo.”⁶¹ Tudo isto porque em relação a Cristo, como diz S. Paulo, os esposos são *membros do seu Corpo* (5, 30).

Mas com eles, muitos outros, dentro e até fora da Igreja, podem usufruir da sua união sacramental. Já S. Paulo o dá a entender. Depois de citar Gn 2, 24 — *Por isso o homem deixará pai e mãe, para se unir à sua mulher, e serão dois numa só carne* — acrescenta à guisa de comentário: *É grande este mistério, digo-o em relação a Cristo e à Igreja* (Ef 5, 31–32). Isto é, e no dizer do Papa Francisco, “o matrimónio cristão é um sinal que não só indica quanto Cristo amou a sua Igreja na Aliança selada na Cruz, mas torna presente esse amor na comunhão dos esposos.” E “isto — diz ainda o Santo Padre — tem consequências muito concretas na vida do dia-a-dia, porque, em virtude do sacramento, os esposos são investidos numa autêntica missão, para que possam tornar visível, a partir das realidades simples e ordinárias, o amor com que Cristo ama a sua Igreja, continuando a dar a vida por ela.”⁶²

Vejamos algumas dessas consequências, agrupando-as sob as “três palavras-chave” — “com licença, obrigado, desculpa” — que, segundo o Papa Francisco, que as propõe, “protegem e alimentam o amor dia após dia.”⁶³ A elas, que já têm a eficácia própria da linguagem, associaremos sentimentos, gestos e atitudes correspondentes, em alguns dos diversos campos da vida familiar.

61. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 1642.

62. Em: *Amoris Laetitia*, n. 73 e 121.

63. *Ibidem*, n. 133.

“COM LICENÇA”

48 Pedir licença em família, além de sinal de boa educação, significa que “não somos invasores.”⁶⁴ Ou, dito positivamente, respeitamos o outro no seu “terreno”, naquilo que lhe é próprio. Não existem maridos nem esposas perfeitas. Até porque, neste ponto, o conceito de perfeição está longe de ser uniforme. É um dos casos em que os gostos menos se discutem. E quem se casa, casa-se com uma pessoa concreta, na sua constituição física e psíquica, qualidades e defeitos, capacidades e fragilidades, gostos e aptidões, áreas e níveis de formação, leque de familiares e amigos, etc... Não quer dizer que, com o tempo, se não possa mudar. Em muitos pontos é mesmo inevitável. Ninguém fica eternamente jovem e saudável. O segredo está em que, nessa evolução, se procure a harmonia, fruto de uma permanente aceitação e colaboração mútuas, como é próprio de quem realmente ama e é amado.

Isso pressupõe, antes de mais, o diálogo. Como toda a gente, a falar é que o casal se entende. Para isso, entre outras condições, há que procurar os momentos mais oportunos e “reservar tempo, tempo de qualidade, que permita escutar, com paciência e atenção, até que o outro tenha manifestado tudo o que precisava de comunicar;” há que “desenvolver o hábito de dar real importância ao outro, (...) colocar-se no seu lugar;” há que ter “flexibilidade para poder modificar ou completar as próprias opiniões”, até se chegar a “uma «unidade na diversidade» ou uma «diversidade reconciliada»”; há que simultaneamente “ter gestos de solicitude pelo outro e demonstrações de carinho;” há que finalmente “ter algo para se dizer”, o que “requer uma riqueza interior que se alimenta com a leitura, a reflexão pessoal, a oração e a abertura à sociedade.”⁶⁵

64. Idem em: *ibidem*.

65. Idem em: *ibidem*, n. 137, 138, 139, 140 e 141. Nestes e noutros pontos aconselha-se uma leitura completa das palavras do Santo Padre.

Outra área em que se deve «pedir licença» é a sexualidade, “que o próprio Deus criou” como “um presente maravilhoso para as suas criaturas.” Até por isso ela “não é um recurso para compensar ou entreter, mas trata-se de uma linguagem interpessoal onde o outro é tomado a sério, com o seu valor sagrado e inviolável.”⁶⁶ No dizer de S. João Paulo II, “o corpo humano, com o seu sexo (...), não é apenas fonte de fecundidade e de procriação, como em toda a ordem natural, mas contém também (...) a *capacidade de exprimir o amor; precisamente aquele amor em que o homem-pessoa se torna dom.*”⁶⁷ Daí também a afirmação do Beato Paulo VI: “Um acto conjugal imposto ao próprio cônjuge, sem consideração pelas suas condições e pelos seus desejos legítimos, não é um verdadeiro acto de amor e nega, por isso mesmo, uma exigência da recta ordem moral, nas relações entre esposos.”⁶⁸

Finalmente há que «pedir licença» aos filhos, ainda antes de nascerem. O Papa Francisco insiste na importância de que cada “criança se sinta esperada. Não é um complemento ou uma solução para uma aspiração, mas um ser humano, com um valor imenso, e não pode ser usado para benefício próprio.” É importante ainda que sinta o amor não apenas “do pai e da mãe separadamente, mas também (...) entre eles, captado como fonte da própria existência, como ninho acolhedor e como fundamento da família.” É importante enfim que, nas várias áreas da sua educação, gerem “no filho, com muito amor, processos de amadurecimento da sua liberdade, de preparação, de crescimento integral, de cultivo da autêntica autonomia.”⁶⁹

66. Idem, em: *ibidem*, n. 150 1151.

67. Em: *Teologia do Corpo. O amor humano no plano divino*, Lisboa 2013, p. 127. Itálico no original.

68. Em: *Humanae Vitae*, n. 13.

69. Em: *Amoris Laetitia*, n. 170, 272 e 260.

PEDIR “DESCULPA”

49 Pedimos desculpa “quando na família nos apercebemos de que fizemos algo incorrecto.”⁷⁰ Sobre tudo se com isso, pela gravidade ou a frequência, pomos em perigo ou até destruimos a comunhão na família. Ocasões não faltam, nas sucessivas fases e transformações por que passa a vida familiar. Infelizmente ou talvez não.

Infelizmente, porque “nenhuma família ignora como o egoísmo, o desacordo, as tensões, os conflitos agridem, de forma violenta e por vezes mortal, a comunhão.” E “só um grande espírito de sacrifício permite salvaguardar e aperfeiçoar a comunhão familiar. Exige, de facto, de todos e de cada um, pronta e generosa disponibilidade à compreensão, à tolerância, ao perdão, à reconciliação”⁷¹ — a pedir «desculpa» com humildade e sinceridade e a acolher o pedido com idêntica coragem. E quando isso acontece mesmo?

Então, como escreve o Papa Francisco, descobre-se “que uma crise superada não leva a uma relação menos intensa, mas a melhorar, sedimentar e maturar o vinho da união.” O matrimónio é “uma tarefa que implica também superar obstáculos” que, como no resto da vida, podem fortalecê-lo. Há para isso que “criar espaços para comunicar de coração a coração” — e cada um reconhecer a sua culpa, até se chegar ao perdão. “Saber perdoar e sentir-se perdoado é uma experiência fundamental na vida familiar.” E cada crise acaba por ser “como um novo «sim» que torna possível o amor renascer reforçado, transfigurado, amadurecido, iluminado.”⁷²

50 Para isso precisa-se, quase sempre, de terceiros: de pessoas e instituições para isso capacitadas, dentro e fora da Igreja, e de movimentos eclesiais de espiritualidade matrimonial. Temo-los, graças a Deus, na nossa Diocese: para a assistência a casais, temos o Gabinete

70. Idem em: *ibidem*, n. 133.

71. João Paulo II, *Familiaris Consortio*, n. 21.

72. Em: *Amoris Laetitia*, n. 232, 234, 236, 238.

Diocesano de Atendimento à Família; na área da espiritualidade, temos pelo menos as Equipas de Nossa Senhora, os Casais de Santa Maria e o Encontro Matrimonial, todos eles aconselháveis desde os primeiros anos da vida matrimonial, determinantes para o seu futuro.⁷³ Nesse sentido apelo aos responsáveis pastorais, a nível diocesano e paroquial, a que colaborem mais na revitalização e expansão dos movimentos e no aproveitamento do GDAF.

Mas o grande contributo começa pela preparação do Matrimónio: remota, durante pelo menos o tempo do namoro; próxima, depois de assumido o noivado; imediata, na programação da celebração. Agradeço, neste ponto, o excelente contributo do Centro de Preparação para o Matrimónio. Mas até os seus responsáveis reconhecem que é insuficiente. Apelo, também por isso, a uma maior colaboração principalmente dos párocos. E aconselho a todos, padres e leigos, à leitura atenta e criativa das páginas que o Santo Padre, na sua Exortação Apostólica “A Alegria do Amor”, dedica ao tema.⁷⁴

51 Mas há uniões que fracassam e se dissolvem, infelizmente cada vez mais e por vários motivos. O Santo Padre ocupa-se delas e outras situações, genericamente consideradas complexas ou irregulares, em dois capítulos da referida Exortação.⁷⁵ Dos casos por ele tratados há que distinguir dois dos mais frequentes entre nós:

As uniões sacramentalmente nulas. É dever de quem possa estar nesta situação recorrer ao Tribunal Eclesiástico, a instituição diocesana competente para reconhecer a nulidade. Neste ponto, e seguindo recentes recomendações e orientações do Santo Padre, estão programadas, para o presente ano pastoral, acções de formação para sacerdotes pastoralmente activos. Pela ignorância que se nota em muitos deles e pela importância do assunto, é obrigatória a participação.

Mas há uniões válidas que fracassam. Não havendo novo casa-

73. Veja-se a importância que lhes dá o Papa Francisco em: *Amoris Laetitia*, n. 217-230.

74. N. 205-216.

75. N. 241-258 do cap. VI e todo o cap. VIII.

mento (civil), é lamentável que pessoas nessa situação sejam tratadas, dentro da Igreja, de modo contrário à misericórdia que nos identifica como cristãos. Já não basta o sofrimento proveniente da dissolução. Mas até para com pessoas que contraíram nova união, o Papa recomenda o seu acolhimento na Igreja, em graus que variam de caso para caso e depois de um sério processo de discernimento, por ele indicado no capítulo VIII da Exortação. Que os fiéis sejam informados disso, mas nos termos usados pelo Papa e não do modo superficial e talvez tendencioso de alguns meios de comunicação social.

SENTIR-SE “OBRIGADO”

52 Talvez só na nossa língua seja possível a formulação em título. Mas é a que melhor corresponde ao motivo pelo qual, segundo o Papa Francisco, agradecemos em família: quando “não somos egoístas.”⁷⁶ “Obrigado” deriva do latim *ob-ligatus*, expressivo de uma ligação intensa — a ligação que se opõe ao egoísmo e se integra na comunhão de que vive a família e cresce quando algo mais ou mais alguém une os seus membros entre si e com os outros. Vejamos as (ob-)ligações mais significativas:

A ligação entre marido e esposa: exprime-se a alimenta-se de muitas maneiras, até por simples gestos de ternura, inesperados talvez, mas que o amor permanentemente sabe (re)inventar. É que a monotonia, com o tempo, gera cansaço. E com o correr dos anos, há crises a vencer e a aproveitar, para reforçar a comunhão, até se chegar àquela idade em que, já sem a paixão inicial, nem por isso ela é menos forte.

A ligação entre pais e filhos: inicialmente mais dos pais com os filhos; depois também e principalmente dos filhos com os pais. A segunda depende muito da primeira. Por isso se diz: tais pais, tais

76. Em: *ibidem*, n. 133.

filhos. E se o decálogo começa, na segunda parte, pela obrigação de “honrar pai e mãe”, é por ser a que mais se aproxima do amor a Deus, da primeira parte. Normalmente a criança começa a “ligar-se” com Deus, o Pai do Céu, através dos pais que Ele lhe dá cá na terra.

A ligação entre a família e a paróquia, a que o Papa chama “uma família de famílias.”⁷⁷ E cita o que os bispos italianos escreveram sobre a influência das famílias nas comunidades cristãs: “A forma particular de amizade que (as famílias) vivem pode tornar-se contagiosa, fazendo crescer na amizade e na fraternidade a comunidade cristã de que fazem parte.”⁷⁸ Por sua vez, a paróquia proporciona-lhes:

A ligação da família com Deus, imprescindível na comunhão familiar. Se é Ele quem cria o homem e a mulher para serem uma só carne e, por Cristo, infunde neles um amor que teve na oferta da vida a sua maior expressão, muito dificilmente a união conjugal e familiar se mantém sem o permanente contacto com Ele, sobretudo através da oração, em que se destaca a Eucaristia, a acção de graças por excelência.

A ligação com Deus e os outros através da Eucaristia, em cujo centro Jesus nos diz: *Isto é o meu Corpo (...) entregue por vós; Este é o cálice do meu Sangue (...), derramado por vós...* São palavras que qualquer pai ou mãe escuta com especial agrado. Que fazem eles afinal senão dar a vida, no seu corpo e sangue, um ao outro e pelos filhos que tanto amam?! E quanto bem lhes faz a energia recebida de Jesus, o Filho de Deus!

53 Tem sido neste contexto *(ob)ligatório* que temos convidado os casais que, cada ano e na nossa Diocese, completam 25, 50, 60, 65 ou 70 anos de casados, para os celebrarem em conjunto no dia diocesano da família. Da última vez houve uma maior adesão, por se ter inserido no *campus misericordiae*, em que participaram diocesanos de várias gerações. E esta terá sido a experiência, humana e eclesialmente,

77. Em: *ibidem*, n. 202.

78. Em: *ibidem*, n. 207

mais significativa. Por isso a queremos repetir, este ano por razões acrescidas. Na temática que nos ocupa, precisamos todos, e de modo especial os jovens, do testemunho de vida matrimonial dos casais unidos há tantos anos.

Precisamos de, com eles, nos convenceremos de que não basta ficar-se por uma insegura união de facto, mas vale a pena oficializá-la e santificá-la pelo Matrimónio. Diz o Papa actual que “o amor concretizado num matrimónio contraído diante dos outros, com todas as obrigações decorrentes dessa institucionalização, é manifestação e protecção de um «sim» que se dá sem reservas nem restrições. Este sim significa dizer ao outro que poderá sempre confiar, não será abandonado se perder atrativo, se tiver dificuldades ou se se apresentarem novas possibilidades de prazer ou de interesses egoístas.”⁷⁹

E ninguém diga que não se casa pela Igreja por ser muito caro. É uma total inversão de valores. Não, o vinho mais saboroso e precioso não é o da boda, tão dispendiosa, mas o do amor santificado por Cristo diante do altar em que Ele oferece o seu Corpo e Sangue de uma aliança eterna. E esse é gratuito, como é próprio do verdadeiro amor.

Peço encarecidamente aos padres que, desde já, colaborem neste encontro diocesano. E em especial àqueles que no mesmo ano celebram idênticos jubileus de ordenação sacerdotal, peço que nele participem. Também o seu testemunho de fidelidade é precioso para os colegas no sacerdócio, para os seminaristas e para outros jovens que desejem saborear a felicidade de se darem totalmente aos outros, como padres de famílias mais alargadas, como são as comunidades cristãs.

79. Em: *ibidem*, n. 132.

A ALEGRIA DE SERVIR

54 Contou-me um dia a minha mãe, depois de alguns anos de padre, o que um sacerdote da equipa formadora do Seminário lhe dissera no dia da minha ordenação sacerdotal: “Olhe que a partir de agora o seu filho precisa ainda mais das suas orações.” Uma maneira fina de me dizer que diariamente rezava por mim. E continua a rezar. A morte de quem por nós deu a vida só pode unir-nos ainda mais em Deus.

Este meu caso, longe de ser único, mostra a íntima relação entre dois sacramentos que consagram quem os recebe: “Os que recebem o sacramento da Ordem são consagrados para serem, em nome de Cristo, os pastores da Igreja». Por seu lado, «os esposos cristãos são fortalecidos e como que consagrados por meio de um sacramento especial em ordem ao digno cumprimento dos deveres do seu estado».”⁸⁰ Ora um dos seus principais deveres é orientar e apoiar os filhos na vocação a que Deus os chama e que, vinda d’Ele, é sempre um desafio à doação pelo amor. E aos pastores da Igreja exige-se especial dedicação às famílias, já que, no dizer do Papa actual, “a Igreja é família de famílias, constantemente enriquecida pela vida de todas as igrejas domésticas;” e “o amor vivido nas famílias é uma força permanente para a vida da Igreja.”⁸¹

Neste ponto, recordo com frequência o testemunho recolhido numa visita pastoral: o de um pároco que, pelo menos mensalmente,

80. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 1535, com citações do II Concílio Ecuménico do Vaticano, Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, n. 11, e Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, n. 48.

81. Em: *Amoris Laetitia*, n. 87 e 88.

visitava uma família, entre outras, em que o marido, profundamente doente, dependia totalmente dos cuidados da esposa, que, por sua vez, tudo fazia para que nada lhe faltasse. Fiquei com a clara impressão de que a necessidade era mútua: o casal precisava do conforto do pároco, e este não menos da energia e fidelidade do casal.

No dizer do Papa Francisco, são duas “modalidades diferentes de amar, porque «o homem não pode viver sem amor. Ele permanece para si próprio um ser incompreensível e a sua vida é destituída de sentido, se não lhe for revelado o amor».”⁸² Mas este só se revela pela prática. E quanto mais se pratica mais cresce: ele e a alegria que causa... e que encontrei naquele padre e no casal que ele visitava. Isto, apesar da duríssima provação por que passavam. Ou talvez por isso.

55 Diz ainda o Santo Padre que “a alegria renova-se no sofrimento.” E acrescenta em apoio disso as palavras de Santo Agostinho: «Quanto mais grave foi o perigo no combate, tanto maior é o gozo no triunfo».⁸³

Aplicando-as a cada um de nós: quanto mais exigirem de mim as pessoas que amo, devido nomeadamente às fragilidades e carências em que se encontram, mais tenho de sacrificar-me por elas, mais tenho de renunciar a mim mesmo, mais tenho de lhes dar e de me dar. E quanto mais me dou, mais fecunda se torna a minha vida e se dilata. E que mais posso eu desejar, que maior alegria posso ter e dar, senão a de prolongar e alargar a minha vida para além das suas naturais limitações? Não foi esse afinal o segredo de Jesus, que Deus enviou como seu mediador por excelência? — Ele que, para isso, *não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida pela redenção de todos* (Mc 10, 45).

Mas se até Ele precisou do apoio do Pai, permanentemente pedido durante a vida terrena e de modo especial na hora da passagem deste mundo para Ele, quanto mais nós, seus mediadores na vida sacerdotal ou matrimonial! Sirvamo-nos para isso da oração tradicionalmente atribuída a S. Francisco:

“Senhor, fazei de mim um instrumento da vossa paz.

Onde há ódio, que eu leve o Amor;

Onde há ofensa, que eu leve o Perdão;

Onde há discórdia, que eu leve a União;

Onde há dúvida, que eu leve a Fé.

Onde há erro, que eu leve a Verdade;

Onde há desespero, que eu leve a Esperança;

Onde há tristeza, que eu leve a Alegria;

Onde há trevas, que eu leve a Luz.

Oh Mestre, fazei que eu procure menos

Ser consolado do que consolar;

Ser compreendido do que compreender;

Ser amado do que amar.

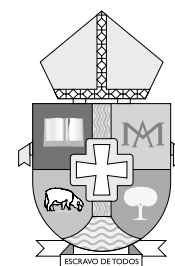
Porque é dando que se recebe;

É perdoando que se é perdoado;

É morrendo que se ressuscita

Para a Vida Eterna.”

Que o Senhor, Deus de amor, por intercessão de S. Maria Maior, de S. Teotónio e do Beato Bartolomeu dos Mártires, a todos encha de alegria com a abundância das suas bênçãos!



Viana do Castelo, 15 de Agosto de 2016,
Solenidade da Assunção da Virgem Santa Maria
e sexto aniversário da minha entrada na Diocese.

† Anacleto Oliveira

82. Em: *ibidem*, n. 161, com uma citação de João Paulo II, *Redemptor Hominis*, n. 10.

83. Em: *ibidem*, n. 130.



Esta edição da Carta Pastoral
foi composta em caracteres
“Leitura” e impressa pela Gráfica
Visão, sobre papel Coral Book
de 90 g, em Setembro de 2016.



500
ANOS 1514/2014
NASCIMENTO
BEATO BARTOLOMEU
DOS MÁRTIRES



Diocese
Viana do Castelo